



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Ata n.º 296** -----

-----  
----- Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e treze, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Presidente da Assembleia, Senhor Luís António Sousa Pinto dos Santos, e secretariada pelo Primeiro Secretário, Senhor Jorge Manuel da Silva Loureiro, e pela Segunda Secretária, Senhora Anabela de Seabra Santos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- **Período de Antes da Ordem do Dia:**-----

----- Ponto um: "Apreciação e votação da ata n.º 295, nos termos da alínea a), do n.º 1, do Artigo 34.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)";-----

----- Ponto dois: "Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do Artigo 34.º do RAMA";-----

----- **Período da Ordem do Dia:**-----

----- Ponto um: "Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e), do n.º 1, do Artigo 3.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)";-----

----- Ponto dois: "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de desafetação de uma parcela de terreno, com a área de quatro mil trezentos e noventa metros quadrados (4.390,00 m<sup>2</sup>), do domínio público municipal, sita em Vale de Loureiro, no lugar de Póvoa do Pereiro, Freguesia da Moita, de acordo com o estabelecido na alínea b), do n.º 4, do artigo 3.º, do RAMA";-----

----- Ponto três: "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de desafetação de uma parcela de terreno, com a área de mil quatrocentos e trinta e dois metros quadrados (1.432,00 m<sup>2</sup>), do domínio público municipal, sita em Anadia, de acordo com o estabelecido na alínea b), do n.º 4, do artigo 3.º, do RAMA";-----

----- Ponto quatro: "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de atribuição de despesas de representação aos titulares de cargos de direção intermédia de segundo grau e de alteração ao Regulamento de Organização de Serviços Municipais, nos termos do n.º 2, do artigo 24.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto";-----

----- Ponto cinco: "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de designação do Júri dos procedimentos concursais, abertos por deliberação tomada em reunião de treze de fevereiro de dois mil e treze, nos termos do artigo 13.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto";-----

----- Ponto seis: "Análise dos procedimentos desenvolvidos tendo em atenção a publicação da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, e discussão e aprovação de eventuais medidas a implementar";-----

----- **Período de Intervenção do Público:**-----

----- Período de Intervenção do Público, nos termos do Artigo 36.º do RAMA.-----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Tendo sido constituída a Mesa e verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e dez minutos.-----

----- À sessão compareceram os seguintes Senhores Deputados Municipais dos indicados Grupos Municipais (GM):-----

- • Luís António Sousa Pinto dos Santos – GM do PPD/PSD;-----
- • Jorge Manuel da Silva Loureiro – GM do PPD/PSD;-----
- • Manuel Maria Cardoso Leal – GM do PS;-----
- • Anabela de Seabra Santos – GM do PPD/PSD;-----
- • António Rafael das Neves Timóteo – GM do PPD/PSD;-----
- • Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões – GM do CDS-Partido Popular;-----
- • Dino Augusto Ferreira Rasga – GM do PPD/PSD;-----
- • Maria Lúcia Braga Araújo – GM do PPD/PSD;-----
- • Rui António de Almeida Marinha – GM do PS;-----
- • José Lagoa Duarte – GM do PPD/PSD;-----
- • Carlos Manuel do Cruzeiro Oliveira – GM do PPD/PSD;-----
- • Mónica Rita Pimenta Lousado – GM do PS;-----
- • João Alves Morais – GM da CDU;-----
- • Maria Alexandra Ferreira Henriques – GM do PPD/PSD;-----
- • João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo – GM do CDS-Partido Popular;-----
- • André Miguel Matos Beja Henriques – GM do PS.-----
- • Francisco Manuel Gonçalo Saraiva – GM do PPD/PSD;-----
- • Jennifer Nunes Pereira – GM do PPD/PSD;-----
- • Tiago Pereira Coelho – GM do PS;-----

----- Não compareceram à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais, do indicado Grupo Municipal (GM):-----

- • Lúcia Maria das Neves Pires Cêrca – GM do PS;-----
- • Pedro Miguel da Costa Pereira Dias – GM do PPD/PSD;-----

----- Compareceram igualmente à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM:-----

- • José Cerveira Lagoa – GM do PS – PJF de Aguiçim;-----
- • Joaquim de Oliveira Cosme – GM do PPD/PSD – PJF da Amoreira da Gândara;-----
- • Arménio de Almeida Cerca – GM do PPD/PSD – PJF de Ancas;-----
- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do PPD/PSD – PJF de Arcos;-----
- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PPD/PSD – PJF de Avelãs de Caminho;-----
- • Manuel Baptista Veiga – GM do PPD/PSD – PJF de Avelãs de Cima;-----
- • José Maria de Almeida Ribeiro – GM do PS – PJF de Mogofores;-----
- • António Guilherme dos Santos Andrade – GM do PPD/PSD – PJF da Moita;-----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- • Henrique Manuel Lameirinhas Almeida Rodrigues – GM do PPD/PSD – PJF de Óis do Bairro;-----

----- • Joaquim Moreira da Cruz – GM do PPD/PSD – PJF de Paredes do Bairro;-----

----- • António Floro dos Santos Ferreira – GM do PPD/PSD – PJF de Sangalhos;-----

----- • Leonildo Moreira da Silva Macedo – GM do PPD/PSD – PJF de São Lourenço do Bairro;---

----- • Óscar dos Santos Ventura – GM do PPD/PSD – PJF de Tamengos;-----

----- • António Manuel Pereira Duarte – GM do PPD/PSD – PJF de Vila Nova de Monsarros;-----

----- • Mário Augusto Carreira Heleno – GM do PPD/PSD – PJF de Vilarinho do Bairro.-----

----- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes membros:-----

----- • Litério Augusto Marques – PPD/PSD – Presidente;-----

----- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – PPD/PSD - Vereadora e Vice-Presidente;-----

----- • Lino Jorge Cerveira Pintado – PS – Vereador;-----

----- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – PPD/PSD – Vereador;-----

----- • Aníbal José Franco Ferreira – PPD/PSD – Vereador;-----

----- • José Carlos Ventura de Almeida Coelho – PS – Vereador;-----

----- • Rosa Maria Tomás da Conceição – PPD/PSD – Vereadora.-----

----- Declarada aberta a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Anadia de vinte e oito de fevereiro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por dar a conhecer ao Plenário que o Senhor Deputado Pedro Miguel da Costa Pereira Dias, do Grupo Municipal do PPD/PSD, em virtude de não poder comparecer à sessão, tinha solicitado a sua substituição, nos termos estatuídos do Artigo 15.º do RAMA, pelo Senhor Armando Henriques Pereira, cidadão não eleito posicionado imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista.-----

----- De imediato, passou a informar os Senhores Deputados do Congresso que iria decorrer em Trás-os-Montes, no próximo mês de maio, adiantando que qualquer membro da Assembleia Municipal poderia inscrever-se.-----

----- Aproveitou, também, para dar a conhecer que no dia nove de março próximo, pelas quinze horas, iria ter lugar, na Biblioteca Municipal de Anadia, a apresentação do livro “*José Luciano de Castro. Um homem de Estado*”, da autoria de Manuel Cardoso Leal, Deputado na Assembleia Municipal.-----

----- Apresentadas as duas notas, deu início ao período de antes da ordem do dia, nomeadamente ao seu ponto um: “Apreciação e votação da ata número duzentos e noventa e cinco, nos termos da alínea a), do n.º 1, do Artigo 34.º, do RAMA”.-----

----- Nessa conformidade, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período de discussão da ata número duzentos e noventa e cinco, da sessão ordinária de vinte de dezembro de dois mil e doze. Não tendo havido lugar a qualquer intervenção, passou à sua votação, após o que anunciou que a mesma tinha sido aprovada por maioria, com uma abstenção, do Senhor Deputado Armando Henriques Pereira, do Grupo Municipal do PPD/PSD, por não ter estado presente na sessão a que a mesma diz respeito, um voto contra, do Senhor Deputado João



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e vinte e nove votos a favor dos restantes Senhores Deputados dos Grupos Municipais do PPD/PSD, do PS, do CDS-Partido Popular e da CDU presentes naquela sessão da Assembleia Municipal, com a ausência na sala dos Senhores Deputados António Rafael das Neves Timóteo, do Grupo Municipal do PPD/PSD, André Miguel Matos Beja Henriques, do Grupo Municipal do PS, Fernando Adelino Pina Fernandes, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Arcos, e António Manuel Pereira Duarte, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Monsarros.-----

----- Decorrida a votação da ata número duzentos e noventa e cinco, do primeiro ponto do período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao segundo ponto desse período de antes da ordem do dia: "*Intervenções dos Senhores Deputados Municipais, nos termos do Artigo 34.º do RAMA*".-----

----- Uma vez iniciado o período destinado às intervenções dos Senhores Deputados Municipais, e para uma primeira intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que concluiu o que de seguida se tenta transcrever na íntegra:-----

----- "Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, restantes elementos. Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara. Excelentíssimos Vereadores. Ilustres colegas. Comunicação social. Demais presentes. A minha intervenção prende-se com, em primeiro lugar, um problema que há vários anos subsiste no centro de Anadia, que tem a ver com a inutilização dos prédios, dos apartamentos que se encontram no centro da Cidade, para ser mais fácil saber qual é o assunto, por cima do banco BPI.-----

----- Aqueles apartamentos já se encontram há uma série de anos devolutos. Inclusivamente, recentemente, pelo que foi dado a conhecer, rebentou um cano que inundou um dos apartamentos. Portanto, continuam a não ser utilizados, inclusivamente a estragarem-se por falta de utilização manifesta. E eu queria perguntar ao Senhor Presidente de Câmara, e demais Vereadores, demais Executivo, se é esta a solução que pretendem para aquele imóvel. Se não haverá, porventura, outra que seja enquadrável nas necessidades que atualmente atravessamos no País e, muito especialmente, no concelho de Anadia.-----

----- Provavelmente, quem sabe, um arrendamento controlado por parte do Executivo a algumas famílias carenciadas, ou que pelos menos se vejam desempregadas, ou com a impossibilidade de pagar os empréstimos para a aquisição da habitação. Não sei. O que é certo é que acho que urge tomar uma decisão relativamente àquele espaço e, até ver, além do CDS-Partido Popular, não tem sido abordada esta questão no âmbito desta casa, que eu considero bastante pertinente.-----

----- Depois, tenho outra questão para colocar ao Executivo, que diz respeito à construção da Pista de BMX, olímpica, porque houve aqui um acréscimo súbito que não foi apresentado, segundo julgo, nesta casa, na Assembleia Municipal, que tem a ver com o olímpico, uma pista



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de BMX olímpica. Portanto, não é uma pista de BMX qualquer, que qualquer cidadão, qualquer munícipe de Anadia possa utilizar livremente. E essa questão tem que ser colocada nesta casa quando diz respeito a bens que vão integrar o Município de Anadia.-----

----- Efetivamente, estamos perante uma pista de BMX olímpica. Não é uma pista de BMX, ponto, como também estamos perante, como já estivemos ao longo deste tempo, perante um Velódromo que não é, apesar de estar no Município de Anadia, não é utilizado pelos munícipes de Anadia, a não ser para verem o que lá se passa, porque praticar não podem praticar qualquer modalidade a não ser que estejam inscritos nalguma Federação.-----

----- Portanto, são equipamentos que são incluídos, que são pagos pelos munícipes de Anadia e dos quais não vão retirar pelo menos uma contrapartida prática na sua utilização. E por esse motivo, eu tenho que abordar esta questão porque nós continuamos a construir equipamentos que não servem os munícipes de Anadia. Servem alguém, mas não servem os munícipes, quando nós temos em Anadia graves situações no que diz respeito a equipamentos, uns não existem e outros que precisam de apoio por parte desta Câmara Municipal para continuarem a ser um chamariz para as pessoas que vivem em Anadia, e não só em Anadia, mas que venham também de fora utilizar os nossos espaços.-----

----- Agora, eu não consigo perceber como é que uma pista de BMX vai ser utilizada pela maior parte dos munícipes. Não há aqui qualquer interesse público municipal. Há outro tipo de interesses que a Federação certamente de Ciclismo ficará radiante com a construção de uma pista de BMX olímpica. Agora, os munícipes de Anadia não vão para lá dar saltos de oito metros, Senhor Presidente, não vão, certamente. Os munícipes de Anadia preferem um parque verde para poder utilizar, para ter algum lazer em Anadia. Não existe. E mesmo assim os que existem, o Senhor Presidente sabe, e devia estar preocupado com isso, nomeadamente em locais que têm um simbolismo muito forte em Anadia, e dou o exemplo da Curia, existem espaços que precisam de quatrocentos mil euros, e até de menos, para continuar a existir e, no entanto, a Câmara Municipal não apoia essas iniciativas, não apoia parques verdes.-----

----- Temos o Monte Crasto que está completamente ao abandono. Ninguém vai para o Monte Crasto. Eu acho que já nem sequer as almas penadas vão para lá, certamente, porque aquilo está de tal maneira destruído e vandalizado que aquilo, sim, precisava, e não eram precisos cem mil euros, nem cinquenta mil euros, Senhor Presidente. Era preciso era que alguém se preocupasse com o Monte Crasto, que alguém se preocupasse com o Choupal, que também está entregue ao abandono, e não com uma pista de BMX de quatrocentos mil euros, olímpica.-----

----- E inclusivamente lhe posso chamar a atenção de outra situação que tinha todo o interesse para Anadia, e particularmente para a Curia, porque aí, sim, nós iríamos ter pessoas a virem para a Curia, para poderem ficar nos hotéis, que cada vez menos pessoas têm nos mesmos, cada vez menos clientes têm. Por exemplo, o campo de golfe da Curia, Senhor Presidente. O Senhor sabe do que é que eu estou a falar. Esses, sim, precisam de apoios para poderem existir. Aquilo é que é um chamariz, tanto para as pessoas que vivem em Anadia, como para as



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----  
pessoas que vêm de fora para vir para a Curia.-----

----- Portanto, a pista de BMX, de quatrocentos mil euros, certamente que não vai servir Anadia, não vai servir os munícipes de Anadia e mais não é do que um capricho do Senhor Presidente em manter um elefante branco que só está a destruir o concelho, a endividar o concelho e a endividar os munícipes em Anadia.-----

----- Não sei se posso terminar com um ponto que também considero pertinente, um minuto, que diz respeito à ação social em Anadia. Senhor Presidente, eu não consigo perceber como é que o Senhor chama ação social a estes seis pontos que estão aqui na atividade que a sua Câmara desenvolveu, Senhor Presidente. Eu acho que até é gritante, e é revoltante, que a atribuição de cabazes de natal a sessenta famílias carenciadas, segundo foi noticiado pelos jornais...”-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco para referir que para além de o Senhor Deputado ter ultrapassado os sete minutos que lhe estavam destinados para intervir naquele período de antes da ordem do dia, estava a abordar um assunto que constava do primeiro ponto da ordem do dia, portanto, não enquadrado naquele momento, pelo que solicitou ao Senhor Deputado o favor de terminar a sua intervenção, adiantando que logo que colocasse à discussão o primeiro ponto da ordem do dia, certamente que o Senhor Presidente da Câmara Municipal lhe daria resposta a essa questão.-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que a intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco tinha sido quase o anunciar da campanha eleitoral do CDS. O problema era que tinha falado de obras, mas não tinha feito nenhuma, nem iria fazer nunca, porque nem sabia o que era a legalidade. E, para tal, disse que bastava apontar um caso de que tinha falado, do campo de golfe da Curia e do Parque de Campismo, esclarecendo tratar-se de situações que pertenciam exclusivamente à responsabilidade de privados e da Câmara, pelo que cabia a esses responder por elas.-----

----- Entretanto, não deixou de referir que estranhava muito o comentário feito pelo Senhor Deputado sobre uma pista olímpica. Sobre o assunto, constatou que, como seria evidente, uma pista olímpica seria aquela que estaria preparada para tudo, para uma situação e para outra, e estaria preparada para quem a quisesse utilizar, de acordo, naturalmente, com os regulamentos que iriam ser elaborados para a sua utilização. Esclareceu, ainda, que a pista de BMX era aquela que interessava ao Município de Anadia. E acrescentou que a pista de BMX iria trazer inúmeros praticantes do país inteiro, porque seria a primeira pista olímpica, que, como tinha dito, complementava a outra, sublinhando, a propósito, que os hotéis e os restaurantes do concelho eram invadidos, por altura da realização dos torneios, por gente de todo o lado, inclusive,



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estrangeiro.-----

----- Entretanto, e relativamente ao comentário feito pelo Senhor Deputado quanto à utilização do Velódromo, o Senhor Presidente da Câmara Municipal anunciou que a seguir iria ser apresentada informação a esse respeito, pelo que entendia que não valia a pena perderem tempo a falar na sua cor, porque a ocupação que tinha, fazia daquela instalação uma obra de referência em termos nacionais. Acrescentou, ainda, que era de tal maneira importante o que vinha sendo feito pelo ciclismo, que no dia nove a Federação Portuguesa de Ciclismo iria passar a ficar sediada no concelho de Anadia, contrariando tudo o que se vinha verificando nos últimos tempos a sair de Anadia, desde Tribunal, a Hospital, e escola por acabar.-----

----- Voltando ao assunto do campo de golfe, esclareceu o Senhor Deputado que a Câmara Municipal não tinha legalidade para fazer qualquer tipo de intervenção no campo de golfe, porque, como era privado, não poderia comprar, nem avalizar os proprietários. Não deixou, de comentar, também, que o campo de golfe iria levar o caminho que levavam muitas empresas privadas, porque a Promogolf era isso mesmo, e, portanto, era assim que as coisas aconteciam.-----

----- Sobre os apartamentos do Edifício Visconde Seabra, esclareceu que tinham sido construídos com apoio de fundos comunitários e com impostos da população. Como custou a todos, referiu que o Presidente da Câmara não tinha, assim, o direito de meter lá pessoas que tinham dificuldades acrescidas por responsabilidade dos governos, quando deveriam ser esses, sim, a dar um grande impulso ao desemprego e à falta de habitação, e nada faziam. Não obstante, adiantou que a Câmara de Anadia estava disponível e tudo o que tinha construído era para os seus cidadãos, mas não iria ali criar um ónus de algo que tanto tinha custado a construir, quando todas as dificuldades que se viam atualmente eram criadas pelo Governo. Disse, ainda, a concluir, que a Câmara Municipal não tinha pressa em ocupar o edifício e pretendia desenvolver todos os procedimentos com absoluta legalidade.-----

----- Aproveitou, portanto, para fazer um apelo a todos aqueles que assumiam qualquer tipo de crítica para que o fizessem com a intenção e em sentido construtivo, não deixando de admitir, até, que nem tudo corria sempre bem, porque dependiam de outrem. Acrescentou, ainda, que nem seria necessário irem para a Assembleia dizer que o que é gasto pela Câmara Municipal, porque bastava ir à Praça do Município e ver um enorme cartaz. O que lá estava escrito, cada um interpretaria à sua maneira, referiu, mas adiantou que realmente era tempo de as populações escolherem melhor os seus representantes, sob pena de ouvirem continuamente disparates, mentiras e tantas outras coisas.-----

----- Continuando, e uma vez que o Senhor Deputado tinha dado a entender não pretender a pista de BMX, o Senhor Presidente da Câmara perguntou-lhe que obra queria, ou se queria que distribuisse pelos pobres, como dizia, porque a Câmara, em termos de apoio social, vinha dando permanentemente apoio a todos aqueles que o solicitavam. Não iria, com certeza, fazer uma casa a um, quando eram vinte a precisar delas, acrescentou, ainda. Portanto, sublinhou



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que o importante era pensar a forma de ajudar os vinte.-----

----- Adiantando não querer utilizar muito tempo sob pena de estar a dispersar a atenção dos Senhores Deputados, não deixou de aproveitar a oportunidade para referir que deveriam efetivamente tratar o que era sério e tratá-lo com seriedade. Mas acrescentou que aquilo que realmente mais incomodava a algumas pessoas, Deputados, e até no exterior, era aquilo que a Câmara fazia e decidia por unanimidade, que não era tão pouco quanto isso, como sendo as pistas, as escolas, os arranjos de estradas, as beneficiações, os arranjos urbanísticos, tudo aquilo que todos os dias saía e os apoios sociais que iam chegando à Câmara.-----

----- Salientou, ainda, que essa era a missão do Executivo, não querendo, no entanto, nem podendo, substituir o Estado. Mas não deixou, também, de frisar que a Câmara não se podia endividar, poderia, apenas, deixar o saldo a zero, mas nem sequer poderia deixar um euro negativo, porque, nesse caso, o Presidente da Câmara seria responsabilizado criminalmente por esse tipo de gestão. Referiu, ainda, que tudo o que era gasto tinha de estar inserido na lei dos compromissos, e que era isso que iria continuar a ser feito, quer fosse do agrado de algumas pessoas, ou não.-----

----- Mesmo a terminar, afirmou que a Câmara tinha dinheiro, e tinha o direito de o gastar, e era isso que estavam a fazer. Quer fosse em pistas ou quaisquer outras obras, sublinhou que era as decisões do Executivo que mandavam porque era para isso que tinha sido mandatado. Portanto, adiantou que não valeria a pena perder mais tempo, porque o Executivo não inverteria o caminho e a missão para que estava destinado, fazer. E fazer, porque tinha condições com o que fazer. Acrescentou, ainda, que iria continuar a resolver problemas de campos sintéticos, que levava a todas as populações que assim o desejassem qualidade de vida no desporto, e rematou, também, que apesar de não ser do agrado de certas pessoas, a pista de BMX era para todos, não era só para alguns.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, para exercer o direito de resposta, tendo, nesse âmbito, concluído o que de seguida se tenta transcrever na íntegra:-----

----- “Era mais um esclarecimento, Senhor Presidente. Às vezes os gestos não funcionam, mas é mais um esclarecimento.”-----

----- Prontamente, e antes de o Senhor Deputado dar continuidade à sua intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu o Senhor Deputado de que não poderia prestar um esclarecimento, na medida em que tinha esgotado o seu tempo de intervenção. Poderia sim, acrescentou, intervir no âmbito de um direito de resposta ou da defesa da honra, não para apresentar um esclarecimento, uma vez que tinha esgotado os sete minutos. Tendo recebido a confirmação do Senhor Deputado que iria exercer o direito de resposta, concedeu novamente a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que retomou a sua intervenção, proferindo as palavras que passam a ser transcritas na





**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Íntegra:-----

----- "Sete minutos já foram, pronto, agora só pode ser mesmo uma respostazinha. Senhor Presidente, era relativamente à questão da Promogolf. Ainda há pouco tempo nós ouvimos nesta casa o Senhor a dizer, e andou a comprar terrenos encostados ao campo de golfe, inclusivamente até para construir uma escola de golfe, e eu pergunto, então até essa data teria interesse a Câmara Municipal estar ali a investir, e agora que a Promogolf está falida, o Senhor descarta-se daquela situação e deixa o campo de golfe ali ao Deus dar-á? O campo de golfe num sítio onde o Senhor investiu milhões de euros, Senhor Presidente. Estão lá à vista de todos. Mal ou bem, a obra mal feita ou bem, porque isso não é para aqui chamado, porque toda a gente vê, tem olhos na cara.-----

----- Agora, o Senhor andou ali a investir milhões, afinal não foi para beneficiar aquelas pessoas ali, muito menos para o lado do golfe. Foi mais para o outro lado, Senhor Presidente, para onde o Senhor tem um loteamento e assinou um contrato em conflito de interesses. E depois é muito engraçado, ouvir o Senhor Presidente a falar em Estado, quando, quem é que vai pagar a pista de BMX? É o Estado? Não, são os munícipes. Por um lado, não lhe dá jeito, então aí, os munícipes pagam o que os outros vêm utilizar, mas não têm direito a um parque verde no seu próprio município com dinheiro deles, nosso, Senhor Presidente. É a incongruência do Senhor Presidente que, de facto, revela muitas coisas e não deixa que as pessoas se enganem.-----

----- A habitação. Então a habitação teve fundos comunitários? A habitação do BPI teve fundos comunitários? As habitações que estão devolutas, abandonadas, a estragarem-se, teve fundos comunitários, Senhor Presidente? E mesmo que tivesse tido fundos comunitários, Senhor Presidente, aquilo não é património municipal, está ali ao abandono, com os munícipes sem dinheiro para poderem pagar uma casa ao senhorio ou ao banco, e o Senhor deixa-nos ao abandono? Isso é que é interesse público, Senhor Presidente? Não, o interesse é outro e toda a gente já percebeu isso, Senhor Presidente. E nas urnas vai-se decidir precisamente isso. Muito obrigado."-----

----- Finalizado o direito de resposta por parte do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para intervir.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por esclarecer que a Promogolf era empresa privada. E, no caso de estar falida, a Câmara, se entendesse que seria um bom negócio para ela, poderia comprar. Contudo, acrescentou que o facto de lá ter adquirido terrenos tinha sido no pressuposto de arranjar uma parceria com esses terrenos para desenvolver o campo. Como não aparecem condições, referiu que os terrenos adquiridos pela Câmara Municipal continuam lá, mas esclareceu não se tratar dos terrenos do golfe.-----

----- Aproveitou, ainda, para sublinhar que a Promogolf tinha tido apoios comunitários e que a Câmara não tinha lá gastou qualquer verba. Por isso, disse que o Senhor Deputado estava a mentir e pediu para ele lhe explicar em que se baseava para dizer que a Câmara tinha gasto os



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

milhões de que falava na Promogolf.-----

----- Referiu, também, que a Promogolf, como empresa privada que era, tinha direitos, como qualquer privada, a candidatar-se a obras que pudesse fazer e, portanto, tinha sido ela que o tinha gasto. Deixou, ainda, bem claro que a Câmara Municipal não tinha qualquer parceria com a Promogolf.-----

----- O Senhor Presidente afirmou, entretanto, ao Senhor Deputado que a Câmara Municipal não cometia qualquer ilegalidade e, portanto, não iria socorrer a Promogolf, assim como não iria socorrer outra empresa privada que entrasse em dificuldade no concelho, porque lhe era proibido. Não obstante, não deixou de referir que se no futuro a Promogolf, por qualquer motivo, resolvesse, ou a massa falida, no caso de estar falida como o Senhor Deputado tinha dito, vender, a Câmara de Anadia seria, se quisesse, uma eventual compradora. A concluir, referiu que aí, sim, passaria a ser deles, mas seria em situações meramente legais.-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, antes de passar a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, como já o tinha feito por escrito, que na satisfação do único interesse, que era explicar aos membros da Assembleia Municipal a utilidade e a utilização do Centro de Alto Rendimento de Anadia – Velódromo Nacional de Sangalhos, que fizesse o favor de através de si próprio, ou de alguém do Executivo Camarário, os esclarecesse sobre a frequência de ocupação do dito espaço, no ano de dois mil e doze, bem como no eventual impacto económico e social dessas atividades desportivas no concelho de Anadia e na região. Esclareceu, ainda, que aquele documento vinha no sentido de já ter sido por várias vezes referido naquela Assembleia, pelo Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, João Tiago Castelo Branco, que o Velódromo de Sangalhos não passava de um elefante branco.-----

----- Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal congratulou-se com o facto de o Senhor Presidente da Assembleia Municipal ter levantado aquele problema e disse que poderia muito bem responder a todas aquelas questões, porque felizmente sabia como funcionava o Centro de Alto Rendimento de Sangalhos.-----

----- Aproveitou, entretanto, para dar a conhecer que, ao fim de quase dois anos, o Governo tinha resolvido começar a pagar aquilo que devia, tendo já uma primeira parcela dado entrada nos cofres da Câmara. Para destacar, também, o sacrifício tão grande que a Câmara Municipal vinha fazendo em manter aquela obra, continuando, no entanto, com saldos positivos e com tantas obras megalómanas. Por isso, comentou não ver de onde vinha tanta má administração para conseguir ter dinheiro.-----

----- Mas, para ser pouco conclusivo, porque não dispunha de números, anunciou que a Câmara Municipal tinha um *dossier* sobre a ocupação do Centro de Alto Rendimento, que o Senhor Vereador, Jorge Sampaio, se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal permitisse, iria passar a apresentar, de uma forma sucinta.-----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Concedida a autorização por parte do Senhor Presidente da Assembleia Municipal para o Senhor Vereador Jorge Sampaio fazer uma breve apresentação do *dossier* mencionado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente à ocupação e utilização do Centro de Alto Rendimento de Anadia – Velódromo Nacional de Sangalhos, o Senhor Vereador tomou a palavra e passou a apresentar o que de seguida se tenta transcrever na íntegra:-----

----- “Caro Presidente da Assembleia. Caro Presidente da Câmara e colegas Vereadores. Deputados Municipais e Presidentes de Junta. No seguimento do que foi solicitado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu tentei fazer aqui um resumo muito breve daquilo que foi a atividade do Centro de Alto Rendimento, e aqui, a nossa tentativa tem sido permanentemente de deixar de usar este termo de Velódromo Nacional, porque Velódromo é uma das valências que nós temos neste Centro de Alto Rendimento, o Centro de Alto Rendimento na sua globalidade, no ano dois mil e doze. E tentar mostrar-vos aquilo que foi esta atividade e um bocadinho daquilo que poderá ser o ano dois mil e treze. Tentamos também abordar um bocadinho daquilo que é a mais valia deste complexo para a nossa economia local.-----

----- Uma breve introdução. Nós tínhamos que arranjar aqui um parâmetro que demonstrasse a maior ou menor atividade do Centro de Alto Rendimento. Aquilo que eu achei que podia ser um parâmetro mais correto, seria vermos os dias em que este Centro de Alto Rendimento teve atividade, comparando com aqueles que não teve atividade. E eu aqui quero deixar duas ressalvas importantes, que é, nestes dias que tem atividade, eu não entrei com a atividade da nossa escola dos miúdos que vivem lá, portanto, a Federação Portuguesa de Ciclismo tem uma equipa que vive no Velódromo, neste caso Velódromo porque é ciclismo. Eu não entrei com esta atividade. Como é lógico, eles vivem lá todos os dias, se eu entrasse com a atividade deles, nós teríamos uma atividade de quase cem por cento, porque eles treinam todos os dias lá. Portanto, não entrei sequer com essa atividade. E também não entrei com os dias que nós obrigatoriamente precisamos para montagem e desmontagem de equipamentos, que tem importância. Eu devo-vos dizer que nós em dois mil e doze tivemos vários estágios que tivemos que recusar porque não conseguíamos ter dias suficientes para montar ou desmontar os equipamentos entre umas atividades e outras que vinham a seguir.-----

----- Portanto, aquele parâmetro que eu arranjei, que eu acho que era o mais correto, é compararmos, durante o ano de dois mil e doze, os dias em que tivemos utilização desportiva e os dias em que não tivemos essa utilização.-----

----- Relativamente à quantidade de atletas, respondendo ao ofício do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu quero-vos dizer que não é fácil, dada a quantidade de atividade que nós tivemos em dois mil e doze, não é fácil nós termos um valor exato do número de atletas que lá passaram. Sabemos que ultrapassámos os dois mil. Tivemos mais de dois mil atletas que, entre estágios e provas, frequentaram o nosso Centro de Alto Rendimento.-----

----- E eu aqui queria assinalar dois pontos altos, do ponto de vista de provas internacionais. Uma prova que pelo terceiro ano se fez cá, que é a prova internacional de ginástica artística



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

masculina e feminina - o *Gymsport* -, e o Campeonato da Europa de Ciclismo, que pelo segundo ano, também em dois mil e doze, se fez cá em Anadia.-----

----- Se a quantidade de atletas para nós foi importante, a qualidade dos mesmos também é importante. Nós estamos a falar de um Centro de Alto Rendimento, ou seja, de uma infraestrutura que foi construída para servir atletas de alta competição. E eu aqui quero-vos dizer que dos nossos setenta e sete atletas olímpicos portugueses, doze fazem parte das nossas quatro Federações que estão sediadas no Centro de Alto Rendimento. Quatro do ciclismo, quatro da ginástica e quatro do judo.-----

----- Mas se desses doze são os nacionais, eu quero-vos dizer que nos Jogos Olímpicos de Londres, além desses doze portugueses, nós tivemos mais vinte ginastas, de várias nacionalidades de todo o mundo, que também fizeram a sua preparação aqui no nosso Centro de Alto Rendimento. Eu aqui, saliento o holandês que ganhou a medalha olímpica de barra fixa, que começou o seu estágio aqui, facto que ele próprio salientou no dia em que ganhou a medalha olímpica, na sua entrevista, salientou o facto de ter iniciado o seu estágio aqui em Anadia. Ou, ainda, o record mundial de quinhentos metros de pista, que foi batido no Campeonato da Europa do ano passado. Aqui são algumas fotografias dos dois atletas que mencionei atrás.-----

----- Do ponto de vista do impacto económico que esta infraestrutura tem para a nossa região. Nós estamos a fazer neste momento essa avaliação. Dois mil e dez e dois mil e onze foram dois anos de instalação do Centro de Alto Rendimento. Não são anos que nós possamos ter como modelo. Foram anos em que nós tivemos ainda diversos concursos, de apetrechamento de materiais e equipamentos, e eu diria que só a partir de dois mil e doze, o ano dois mil e doze será o primeiro ano que nós podemos afetar como modelo para fazermos aqui um cálculo daquilo que é a potencialidade do Centro de Alto Rendimento para a nossa economia local.-----

----- Estamos a fazê-lo neste momento, o que vocês compreendem que não é fácil fazermos este cálculo, porque também não é fácil adquirir esses dados, ter esses dados dos nossos hotéis, da nossa restauração, da nossa distribuição.-----

----- O que é que nós fizemos, e fizemo-lo em dois mil e onze. No final do primeiro Campeonato da Europa que cá tivemos, nós fizemos um pequeno estudo, junto só da nossa hotelaria, do nosso município, daquilo que seria o impacto do Campeonato da Europa de Ciclismo só na hotelaria do município. E devo-vos dizer que ficámos admirados quando chegámos a valores que rondam entre os trezentos e cinquenta mil a quatrocentos mil euros de impacto direto, só na hotelaria do município de Anadia, numa única prova, que é o Campeonato da Europa de Ciclismo, que devo-vos dizer, este ano vai pelo terceiro ano realizar-se em Anadia.-----

----- Depois o que é que eu fiz. Para cada um dos doze meses, fiz um exercício de o tal fator que vos falei, dias sem utilização e dias com utilização para cada um dos meses. Correndo isto muito rapidamente: janeiro, tivemos nove dias sem qualquer atividade, vinte e dois com atividade (depois temos aí a listagem das atividades por datas que tivemos no mês de janeiro,



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com algumas fotografias das mais importantes); fevereiro, quatro dias sem qualquer atividade, vinte e cinco dias com atividade, o que dá uma percentagem de catorze e oitenta e seis, respetivamente, a listagem das atividades que tivemos neste mês; e assim sucessivamente para março, com cinco dias sem atividade, vinte e seis com atividade; abril, cinco dias sem atividade, vinte e cinco com atividade; maio, cinco e vinte e seis; junho, quatro dias sem atividade, vinte e seis dias com atividade; julho, tivemos seis dias, equivale a dezanove por cento, sem atividade (quando eu digo sem atividade, é sem estágios ou provas lá), com atividade vinte e cinco dias; em agosto, seis dias e vinte e cinco, respetivamente; em setembro, tivemos doze dias sem atividade e dezoito com atividade; em outubro, dezassete, catorze; em novembro, dez, vinte; e em dezembro, oito dias sem atividade e vinte e três dias com atividade.-----

----- Fiz aqui um quadro resumo, que resume estes valores todos dos doze meses, e devo-vos dizer que do ano inteiro, nós tivemos apenas noventa e um dias em que não tivemos estágios ou provas no Centro de Alto Rendimento, o que equivale a vinte e cinco por cento do tempo. E volto a referir o fator que vos disse no início, nestes noventa e um dias, não está os treinos dos atletas que lá vivem, porque, se não, estes noventa e um dias ficariam reduzidos a dez ou quinze, e que equivale a vinte e cinco por cento do tempo livre.-----

----- Devo-vos dizer, também, que em sete meses nós ultrapassámos os oitenta por cento dos dias do mês com atividade, durante sete meses do ano. Apenas num mês tivemos menos de quinze dias de atividade no Centro de Alto Rendimento e temos quase todos os meses com uma atividade superior a setenta por cento.-----

----- Dois mil e treze. Se este ano dois mil e doze foi um ano de afirmação do Centro de Alto Rendimento para as nossas Federações, dois mil e treze começa logo com boas notícias na internacionalização do mesmo. Temos já estágios confirmados para este ano: ginástica País de Gales, Finlândia de ginástica, porque já veio em janeiro e vai voltar ainda este ano; Reino Unido na ginástica rítmica; o Qatar ginástica artística; Bulgária na ginástica rítmica; Bélgica ciclismo e ginástica; Canadá paraciclismo, e o Canadá está neste momento a dialogar connosco para fazer no nosso Centro de Alto Rendimento um centro de estágios deles na Europa; a Hungria que está cá este ano com a ginástica artística feminina e masculina; a Rússia com o ciclismo e a Espanha com o ciclismo.-----

----- Vai ser também um ano de afirmação das nossas Federações. O ciclismo tem já todos os estágios, vai fazer aqui todos os estágios de todas as modalidades da Federação Portuguesa de Ciclismo. Vamos criar, muito brevemente, a escola de ciclismo nesta tentativa de abrimos, também, e de continuar a abrir o Centro de Alto Rendimento à população. Eu devo-vos dizer que já hoje o Centro de Alto Rendimento é um local onde a população pode alugar a pista e andar de bicicleta, pode utilizar os nossos ginásios. Temos aulas de karate três vezes por semana, aberto completamente à nossa população.-----

----- A ginástica, que faz todos os seus estágios de todas as suas modalidades, vai realizar aqui



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mais de oitenta por cento das suas provas nacionais e vai abrir aqui uma escola de ginástica.----

----- A esgrima, que vai fazer aqui os seus estágios, e que amanhã vou ter uma reunião com o Presidente da Federação de Esgrima e com o Presidente da Fundação de Desporto para abirmos aqui uma escola de esgrima.-----

----- E o judo, que faz aqui os seus estágios e as suas provas nacionais.-----

----- Temos, neste momento, novas Federações interessadas em vir para cá. A Federação Portuguesa de Voleibol, que vai iniciar em maio, quer fazer aqui, do nosso Centro de Alto Rendimento, o seu centro de estágio. Entra no dia seis de maio e sai no dia oito de junho. A seleção nacional de voleibol masculina vai fazer aqui toda a sua preparação para o Campeonato da Europa.-----

----- A Federação Portuguesa de Basquetebol, que está a dialogar connosco para fazer aqui o seu centro de estágio.-----

----- E a Federação Portuguesa de Karate Shotokan.-----

----- Temos já este ano asseguradas quatro provas internacionais: Torneio Internacional de Ginástica Rítmica - vinte e cinco a vinte e nove de abril -, que devo-vos dizer que em janeiro já estavam onze países inscritos para esta prova; o Quarto Torneio Internacional da Gymsport - dezassete a dezanove de maio; a Final do Campeonato Nacional de Kickboxing, que só atletas, são mais de oitocentos atletas; a Taça do Mundo de GAF e GAM, que é de vinte e um a vinte e três de junho; e o Campeonato da Europa de Pista de Ciclismo, pelo terceiro ano que vai ser em Anadia, de nove a catorze de julho.-----

----- De um modo muito resumido e rápido, é este documento que eu trazia para resumir a atividade do Centro de Alto Rendimento.”-----

----- Para acrescentar algo à informação prestada pelo Senhor Vereador, Engenheiro Jorge Sampaio, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu apenas que a informação prestada pelo Senhor Vereador era uma pequena leitura daquilo que vinha sendo feito em prol do desporto no concelho de Anadia. Afirmou, mesmo, que no meio de toda a crise que atravessavam, o desporto no concelho, em Sangalhos, em Anadia, onde estavam inseridas as suas instalações, vinha sendo uma boa fonte de receita, em especial para as unidades hoteleiras e, naturalmente, para outros operadores na área comercial. Portanto, concluiu tratar-se de uma área que no país até poderia estar em crise, mas no estrangeiro não estava, porque as pessoas chegavam e contratavam com a Câmara.-----

----- Não deixou de reconhecer, também, que essa procura tinha uma razão de ser, que era o facto de os preços praticados pela Câmara estarem abaixo dos preços praticados pelo mundo fora. Sublinhou, ainda, que a qualidade era igual, se não mesmo superior, e, portanto, pensavam estar no bom caminho, pelo que adiantou que não iriam promover grandes alterações, até que as pessoas se habituassem, efetivamente, a utilizar de forma positiva as



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

instalações municipais.-----

----- Ainda falando do Centro de Alto Rendimento de Sangalhos, que reputou como um exemplo, por se tratar de uma obra que tinha sido construída com a rapidez que era desejada e, principalmente, de uma obra que efetivamente tinha sucesso e dava nome à zona. Adiantou, no entanto, estar a faltar um grande dístico a informar da existência dessa mesma instalação, porque realmente era única no país e merecia ser publicitada.-----

----- Aproveitou, ainda, para reiterar que aquele Centro de Alto Rendimento, e todas as instalações desportivas, tinham atividade diversificada e bastante, aliás, como os Senhores Deputado poderiam inferir da leitura do documento. Contudo, reconheceu haver falta de publicitação, porque a Câmara não conseguia chegar, quer através dos jornais, quer através de outros tipos de informação, com a divulgação daquelas atividades. A propósito, adiantou que a Câmara de Anadia estava atualmente a trabalhar numa forma de publicitar todos aqueles eventos no território de Anadia, nomeadamente através de um equipamento móvel, naturalmente um carro, com material de propaganda, ou de anúncio de toda a atividade desenvolvida, inclusivamente nas pequenas coletividades e nas pequenas associações. Concluiu, assim, que no fundo seria a divulgação personalizada da agenda cultural por todo o concelho, em alternativa à divulgação via postal, e seria, também, uma forma de a Câmara ver se realmente muita gente abandonava o argumento de que não ia ao Museu, ou que não ia à Biblioteca, ou que não ia ao Centro de Alto Rendimento, ou a outros eventos, por desconhecimento.-----

----- Anunciou, assim, que a Câmara Municipal iria apostar na publicidade dos seus eventos desportivos e culturais em todo o município, de forma generalizada. Para isso, antecipou, desde logo, que os serviços iriam necessitar que as associações enviassem, com a periodicidade que entendessem, toda essa informação, porque iria ser mesmo criada uma equipa para passar por todas as localidades do concelho a anunciar essa informação. Não deixou de reconhecer que aquela medida implicava um custo, mas afirmou tratar-se de um custo que poderia, certamente, vir a beneficiar muitas das associações do concelho e, naturalmente, também, as instalações municipais, quando lá eram realizados determinados eventos.-----

----- Antes de terminar, considerou, ainda, que aquela pergunta relativa ao Centro de Alto Rendimento só acontecia, talvez, porque a Câmara Municipal não tivesse sabido, até então, passar a mensagem, uma mensagem positiva daquilo que fazia. Porque daquilo que não fazia, muitos haveria que o dissessem, e estavam nesse direito, acrescentou. Adiantou, ainda, que a Câmara iria, a pouco e pouco, corrigindo as suas lacunas, de maneira a que as palavras dos Senhores Deputados, quando bem-intencionadas, e que correspondessem a verdades, que eram essas que a Câmara queria realmente difundir, não caíssem em saco roto.-----

----- Relativamente à informação prestada, disse que a Câmara não se poderia alargar mais, tendo em conta que o Centro de Alto Rendimento tinha apenas um ano. No entanto, e apesar de ter só um ano, e perante a atividade que tinha sido demonstrada, disse que poderia



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

considerar um êxito, com todas as limitações financeiras, e tantas outras situações.-----

----- Finalizou, declarando que nada mais poderia dizer, porque entendia que era bem melhor que os Senhores Deputados visitassem aquelas instalações e, dessa forma, constatar o que tinha sido dito. Não deixou de adiantar, também, que iriam ter conhecimento de tudo o que lá iria ser feito.-----

----- Uma vez apresentada a informação sobre o Centro de Alto Rendimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU.-----

----- Depois de cumprimentar os presentes naquela que era a sua primeira intervenção da sessão, o Senhor Deputado começou por interpelar o Senhor Presidente da Câmara se no âmbito das obras da regeneração urbana de Anadia, que aliás já tinham sido inauguradas e deveriam estar concluídas, não tinha sido prevista a construção de instalações sanitárias públicas, porque tinha sido interpelado por uma pessoa, durante o desfile na sexta-feira de carnaval, precisamente sobre a existência de WC's da cidade de Anadia e não lhe tinha conseguido dar uma resposta.-----

----- Entretanto, e reiterando uma pergunta que tinha feito ao Senhor Presidente da Câmara Municipal há um ano atrás, disse pretender saber se o terreno onde se encontrava localizado o SLAT (antigo edifício de apoio aos tuberculosos) era ou não propriedade do Ministério da Saúde. Explicou, então, que se tinha deparado com a situação dramática em que se encontrava o edifício do SLAT, de passagem na zona, e como o Senhor Presidente da Câmara, há um ano atrás, tinha dito que iria diligenciar no sentido de obter uma autorização do Ministério da Saúde para beneficiar aquele edifício, tendo inclusivamente contactado a Junta de Freguesia de Arcos, disse ter pensado na possibilidade de a Câmara, no âmbito da regeneração urbana da cidade de Anadia, aproveitar aquele pequeno espaço do recinto que se encontrava a baldio cercado com rede entre as duas estradas, para um jardim.-----

----- Ao mesmo tempo, disse ter-se lembrado, também, que aquele seria o local ideal para fazer ali um jardim e atribuir-lhe o nome jardim Irmãs Vicente de Paulo, numa tentativa de fazer as pazes entre as duas partes que não concordaram com a atribuição do nome das irmãs Vicente de Paulo ao largo, e por considerar, igualmente, que seria uma justa homenagem porque elas eram sem dúvida merecedoras. Nessa medida, propôs ao Senhor Presidente essa solução.-----

----- Para uma última questão, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se tinha conhecimento de que a Câmara de Oliveira do Bairro ia abrir uma estrada no território da Junta de Freguesia e do concelho de Anadia, junto à nova rotunda, porque tinha sido informado, por uma pessoa de Sangalhos e por outra do Cercal, que as pessoas estariam a ser contactadas para a venda dos terrenos, mas não viam necessidade naquela estrada. Adiantou, a terminar, que a pessoa inclusivamente lhe tinha dito que os caçadores já estavam impedidos de lá caçar, porque o concelho de Oliveira do Bairro tinha avançado para o território de Sangalhos, onde ela própria não podia construir, mas onde eles podiam.-----





**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Finalizada a intervenção do Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por informar o Senhor Deputado que a regeneração urbana em Anadia ainda não tinha acabado, porquanto ainda estava para ser feito o último troço que ligava a rotunda dos Bombeiros ao local onde se encontrava a instalação dos ex-serviços municipalizados. No entanto, adiantou que o que estava feito estava concluído, inclusivamente os sanitários, existindo apenas um problema com a parte elétrica, que estava em fase de resolução. Portanto, assegurou ao Senhor Deputado que o centro de Anadia tinha instalações sanitárias, inclusive, e como não poderia deixar de ser, para deficientes.-----

----- Quanto ao dispensário e ao terreno anexo, deu a conhecer que tinha sido solicitada a aquisição do terreno junto da Administração Regional de Saúde. Contudo, acrescentou que a Câmara na altura se encontrava perante um problema, que era o facto de o prédio não estar ainda registado como património da própria Direção Regional de Saúde. Portanto, adiantou que depois de aquela entidade realizar o procedimento que entendesse por adequado para inserir o prédio no seu património, então sim, encontrar-se-ia disponível para celebrar o acordo de cedência à Câmara Municipal. Antecipou, também, que depois a Câmara Municipal, daria o caminho que entendesse à instalação, dado que, os fins para que tinha sido criada já não tinham razão de ser, nem o próprio edifício reunia condições para prestar qualquer função enquanto não fosse recuperado, ou modificado, ou qualquer outra coisa.-----

----- Quanto ao terreno anexo, esclareceu ser propriedade privada e encontrar-se vedado precisamente porque o proprietário entendia que ninguém lá deveria entrar, comentando que a própria vedação tinha sido feita com um rigor extraordinário, separando bem o público do privado. Portanto, concluiu tratar-se de um direito privado que não discutiam.-----

----- Relativamente à questão da estrada em Oliveira do Bairro, informou o Senhor Deputado que a Câmara Municipal tinha tomado conhecimento da situação, e inclusivamente os seus colegas de Executivo o tinham questionado, pelo que tinham resolvido solicitar informação à Câmara Municipal de Oliveira do Bairro. Adiantou, assim, que, de acordo com a informação prestada, os terrenos eram privados, o que permitia à Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, mediante o projeto elaborado para o efeito, utilizar esses terrenos, desde que com autorização dos proprietários.-----

----- Ainda sobre a questão da estrada, referiu que o assunto tinha levantado realmente uma segunda questão, que também estava a ser tratada com a Junta de Freguesia de Sangalhos e com o Clube de Caçadores de Sangalhos, porque, de acordo com o traçado, Oliveira do Bairro estava ali a beneficiar de um espaço relativamente grande e que a Câmara de Anadia, e em especial os Sangalhenses, reclamavam e com toda a razão. Informou, ainda, que quer o Presidente da Junta, quer o Presidente do Clube de Caçadores, estavam aborrecidos, mas a verdade era que a questão necessitava de uma determinada tramitação em ordem à sua



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

resolução, adiantando, desde logo, que a Câmara já tinha dois técnicos a trabalhar no processo. Acrescentou, também, que esse processo necessitava de uma série de informação, para passar pela Assembleia, junto dos serviços competentes da Direção Geral das Autarquias Locais, do setor do urbanismo, reserva ecológica, todos esses setores. Era um processo que teria de passar pela Câmara.-----

----- Não deixou, também, de referir que um privado, nomeadamente o Clube de Caçadores, poderia diligenciar nesse sentido, mas como se tratava de um procedimento que acarretava muita despesa e, naturalmente, eles só estariam a defender a caça e pouco mais, a Câmara teria a argumentação suficiente para lhe darem razão. Acrescentou, ainda, que essa razão existia, porquanto era do conhecimento geral que junto à Escola Secundária de Oliveira do Bairro a própria escola tinha avançado com o recreio para território do concelho de Anadia, porque, à partida, se presumia, e sempre tinha sido considerado pela Câmara de Anadia, que a linha de água era a divisória. O que acontecia, explicou, era que essa divisória não estava coincidente com a linha de água, linha de água essa que eles, em certa medida, tinham chegado para a frente através do aterro, apesar de se tratar de escassos metros.-----

----- Portanto, e a terminar, informou o Senhor Deputado que seriam aquelas entidades, Clube de Caçadores e da Junta de Freguesia, que iriam reivindicar, apesar de poderem contar com a colaboração da Câmara Municipal para fazer o trabalho, no caso de solicitarem também à Câmara essa reivindicação, por a considerar justa.-----

----- No seguimento da resposta dada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, e para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU.-----

----- O Senhor Deputado aproveitou para perguntar também ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se já tinha sido informado de alguma alteração na área da saúde, ou se a Câmara já tinha sido contactada pela ARS de Coimbra, visto que a partir de maio o concelho de Anadia iria sofrer algumas eliminações de centros de saúde.-----

----- Para responder à questão colocada pelo Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que deu a conhecer ao Senhor Deputado que há uns meses tinha recebido a visita do Presidente da ARS, acompanhado pelo seu adjunto, e que ele lhe tinha dito, simplesmente, que qualquer alteração que viesse a acontecer, apesar de ressaltar não saber se viria a acontecer, o Senhor Presidente da Câmara seria o primeiro a tomar conhecimento dela. Acrescentou que até ao momento não tinham voltado e que duvidava que tal viesse a ser cumprido, na medida em que eles alteravam quando lhes apetecia.-----

----- Aproveitando a pergunta anteriormente formulada pelo Senhor Deputado, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou o Senhor Deputado de que a Câmara Municipal de Anadia tinha iniciado o processo de adjudicação do troço de estrada entre a rotunda da Escola Secundária de Oliveira do Bairro e a que a Câmara Municipal de Anadia iniciou do lado de



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sangalhos. E adiantou, também, que os serviços técnicos já estavam a preparar mais umas vias que se encontravam em mau estado, concluindo pretender dizer ao Senhor Deputado que a Câmara Municipal não estava esquecida de Sangalhos, assim como também não estava de qualquer outra Freguesia.-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, e sem ter sido apresentado qualquer outro pedido para intervir no período de antes da ordem do dia, quando eram dezoito horas e vinte e dois minutos, deu por encerrado esse período de antes da ordem do dia. Aproveitou, entretanto, para dar conta ao Plenário de que um minuto antes tinha dado entrada na sala o Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do PPD/PSD.---

----- De imediato, deu início ao período da ordem do dia, apresentando o seu primeiro ponto: *"Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e), do n.º 1, do Artigo 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)".*-----

----- Para fazer a introdução daquele primeiro ponto da ordem do dia, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que o documento, a exemplo dos outros, e uma vez que não tinha havido reclamações, seria entendível na sua leitura. Para o introduzir, referiu que apesar de a Câmara Municipal ter cada vez termos menos pessoal, a realização de obras por administração direta ainda não tinha acabado, pelo que muitas daquelas pequenas obras eram feitas por administração direta da Câmara, ou pela intervenção direta das Juntas de Freguesia com a colaboração da Câmara, quer nos equipamentos, quer nas vias, etc.-----

----- Aproveitou, entretanto, a oportunidade para agradecer a todos os Presidentes de Junta, em especial aos Presidentes das Juntas que foram mais afetadas com a intempérie, pela forma como tinham colaborado na resposta a uma calamidade daquela natureza. Referiu mesmo que perante as dificuldades de comunicação em alguns sítios, os Presidentes tinham sido excelentes pela forma tão eficaz com que tinham conseguido responder.-----

----- Sobre o documento, e também para explicar como o Presidente da Câmara arranjava dinheiro para realizar obra, passou a dar o exemplo concreto da grande obra de saneamento, realizada no âmbito do POVT, e a qual mobilizava sempre cerca de catorze ou quinze milhões de euros. Assim, explicou que a Câmara Municipal tinha elaborado os projetos e colocado as obras a concurso, adjudicando-as em função dos montantes e da candidatura que tinha feito. Como tinha conseguido adjudicar por cerca de um milhão e meio de euros a menos, entretanto tinha sido notificada no sentido de fazer uma reprogramação para gastar também esse valor. Portanto, adiantou que a Câmara iria ter de o gastar, apesar de também ter de gastar algum do seu orçamento.-----

----- Curiosamente, referiu que aqueles que não tinham feito, alegavam que as verbas não chegavam, pelo facto de as empreitadas ultrapassaram largamente aquilo que tinham previsto.



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assim, concluiu, que das duas uma, ou não tinham orçamentado convenientemente e medido convenientemente os trabalhos, ou então tinham adjudicado mal. Como tal, constatou tratar-se de diferenças abismais, porque, comparando com outra Câmara que tivesse precisamente o contrário, que tivesse em falta um milhão e meio de euros para realizar, a Câmara Municipal de Anadia estava à distância de três milhões.-----

----- Aproveitou, também, para adiantar que a Câmara Municipal dispunha daquela verba e iria fazer uso dela, iria adjudicar. Por isso, reforçou que a Câmara não iria parar, porque não havia limites para a sua paragem, e também porque entendia que as Câmaras não podiam nem deviam parar.-----

----- Atendendo a toda a discussão sobre sustentabilidade, e porque entendia ser também intenção do Governo anular concelhos, para além das freguesias, criando a chamada CIM - Comunidade Intermunicipal de Aveiro -, o Senhor Presidente alertou para o facto de que teriam de estar atentos, dar bons exemplos. E, no caso de haver redução de Câmaras, defender, como sempre defendia, a união das Câmaras da Bairrada com sede em Anadia, a chamada Câmara Municipal da Bairrada.-----

----- Destacou, portanto, que todo aquele trabalho apontava para uma administração municipal com sucesso. A propósito, deu a conhecer que os inspetores da Direção Geral de Finanças que tinha estado na Câmara Municipal, antes de se irem embora, lhe tinham adiantado claramente que a Câmara de Anadia gozava de uma saúde absoluta. Como tal, referiu que quando via determinadas pessoas com dúvidas, era sinal, ou que não sabiam ler, ou que pensavam estar um louco à frente da Câmara.-----

----- Finalizou, referindo que aquela era a verdade e, portanto, a verdade não poderia ser escamoteada. Portanto, adiantou que não seria por estarem a meio ano do fim do mandato que iriam abdicar dos seus direitos, nem iriam ser impedidos de fazer a sua obrigação por qualquer crítica que eventualmente o documento em discussão pudesse sugerir, nomeadamente às obras ou onde promoviam intervenções.-----

----- Concretizada a introdução feita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou aos Senhores Deputados que pretendessem interpelar o Senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente ao documento em discussão, para fazerem o favor de indicar a questão do documento que desejariam ver esclarecida para uma mais célere resposta da parte do Senhor Presidente da Câmara.-----

----- Para uma primeira intervenção no período de discussão do primeiro ponto da ordem do dia, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do Grupo Municipal do PS, para intervir.-----

----- Depois de cumprimentar os presentes naquela sua primeira intervenção da sessão, o Senhor Deputado começou por dizer ao Senhor Presidente que compreendia estar já aberta a campanha eleitoral e, como tal, passarem muito tempo a falar de dinheiros e começarem a ver algumas renovações já com objetivos claros.-----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Entretanto, disse não pretender falar propriamente dos dinheiros, mas daquilo que também considerava importante e que poderia ser feito com pouco dinheiro. Para tal, e na sequência da análise efetuada ao documento que lhes tinha sido facultado, referiu que havia algumas situações que gostaria de ver esclarecidas. Em relação ao Cineteatro, por exemplo, que tinha sido uma obra emblemática no concelho de Anadia, inclusivamente inaugurada com toda a pompa e circunstância, constatava uma atividade de tal modo reduzida, que estava limitado a sessões de cinema. Como entendia que não poderia ter acontecido no Cineteatro apenas aquilo que vinha referenciado no documento, pediu ao Senhor Presidente para que o esclarecesse.-----

----- Por outro lado, disse haver, também, uma questão que o preocupava, e que de certo modo preocupava também os munícipes, e que era referenciada no documento como sendo o acompanhamento dos processos de mobilização de solos. Sobre a mesma, referiu que no momento parecia que circulava pelo concelho a ideia de que já poderiam ser plantados eucaliptos em todo o lado. E, nesse sentido, pediu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para o esclarecesse exatamente das condições em que eram analisados aqueles processos, e qual o destino mais usual que as pessoas pretendiam dar.-----

----- Apresentou, entretanto, uma última questão que disse parecer-lhe pertinente, e que já tinha colocado numa das últimas sessões. Relacionada com a programação cultural no âmbito da CIRA, que pensava que já há bastante tempo andava a ser trabalhada, e que poderia ser uma ajuda muito importante para o Cineteatro, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal qual o ponto de situação dessa programação, porque parecia que não arrancava, parecia que não andava e parecia que andavam a programar há não sei quanto tempo, mas de concreto nada se via.-----

----- No seguimento da intervenção concluída pelo Senhor Deputado Rui Marinha, do Grupo Municipal do PS, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, começou por referir que eleitoral, ou não, quem escolhia os *timings* era quem mandava fazer. Portanto, poderiam dizer o que quisessem, mas quem não fazia chegada uma certa altura.-----

----- Entretanto, aproveitou para esclarecer que a Câmara fazia as suas intervenções de forma indiscriminada. Referiu que tinha realizado intervenções na Pedralva e anunciou que iria brevemente realizar em Espairo, em Avelãs de Cima, em Sangalhos, em Paredes do Bairro, em Tamengos, em Horta, enquanto houvesse dinheiro. Portanto, adiantou tratar-se, realmente, de uma requalificação que se impunha, porque, como sabiam, as obras de saneamento tinham deixado as estradas num caos, mas que a Câmara não tinha feito logo atrás, por estarem conscientes de que não iriam fazer para depois ter de fazer novamente. E, nessa conformidade, antecipou que certas populações teriam de esperar mais algum tempo, até porque essas obras estavam ainda sob a responsabilidade dos respetivos empreiteiros, adiantando, no entanto, que onde a Câmara pudesse atuar e as vias se encontrassem em mau estado, e de acordo com a



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sua disponibilidade financeira, era certo que interviria.-----

----- Sublinhou, então, que a Câmara iria intervir onde fosse necessário, mas não deixou de reconhecer, no entanto, que não iria com certeza fazer tudo, apesar de ser esse o gosto da Câmara, por não ter essa capacidade.-----

----- Portanto, esclareceu não haver qualquer espírito de ter interesse, porque o seu interesse era servir o município com aquilo que efetivamente a Câmara tinha disponível. Aproveitou para recordar, também, que o município de Anadia nem se poderia queixar muito em termos de impostos porque era onde se pagava menos impostos, como os Senhores Deputados sabiam ao aprovar. Concluiu, assim, dizendo que o dinheiro vinha de algum lado e vinha sendo conseguido para bem da do concelho e graças ao esforço de muita gente, àqueles que trabalham na Câmara e que naturalmente também mandam.-----

----- Quanto ao Cineteatro, começou por dizer que se tratava de uma instalação que também tinha sido construída com o apoio de fundos comunitários, que gostariam que tivesse muito mais dinâmica, mas a verdade era que as Associações não se poderiam servir dela de uma forma fácil porque tinham encargos diversos com a deslocação, entre outros. Contudo, adiantou que a Câmara tudo vinha fazendo para ajudar, inclusivamente isentando as Associações sem fins lucrativos do pagamento da taxa referente à sua utilização, por deliberação do Executivo, que decide dar esse apoio, responsabilizando-as apenas pelo pagamento ao pessoal de limpeza ou de segurança.-----

----- Portanto, sublinhou que a Câmara tudo fará para dar a vida suficiente e para que se possa dizer que tem um Cineteatro com qualidade e a funcionar minimamente, apesar de reconhecer que não era aquilo que gostariam que fosse. Mas não deixou de referir que os próprios cinemas privados tinham meia dúzia de pessoas, também porque as televisões tinham tudo, e porque a forma de vida moderna dos cidadãos não lhes permite frequentar ações culturais a horas normais.-----

----- Ainda assim, não deixou de reconhecer que se a Câmara quisesse encher uma casa daquelas, bastaria disponibilizar-se a contratar um artista de renome e realizar em bilheteira, ou até não, porque, nesse caso, o bilhete teria de ser muito caro e ninguém comparecia, fazendo de bilheteira uma décima parte daquilo que iria gastar. Referiu, ainda, que se realmente o cidadão de Anadia, com os seus impostos, estivesse disponível para tal coisa, bastaria comunicar, que a Câmara estaria recetiva a fazer, adiantando, no entanto, que entendia não ser um bom princípio, gastar à custa ou viver um pouco à custa do trabalho e do dinheiro dos outros.-----

----- Portanto, concluiu que o Cineteatro de Anadia tinha exatamente o comportamento que tinham os Cineteatros, e adiantou que não estaria disponível para gastar, sem forma de ter a casa cheia, porque o dinheiro não era seu, era do concelho de Anadia, era do povo de Anadia, enfim, que esperava por respostas mais positivas de onde se gastava o dinheiro. Não obstante, disse estar de acordo com o Senhor Deputado Rui Marinha relativamente à ocupação, mas como



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o Senhor não lhe daria com certeza uma solução para isso, porque infelizmente a solução estava na frequência, e a frequência não depende do Senhor Deputado, nem dele próprio, nem de todos ali presentes.-----

----- Passando a falar da questão da mobilização de solos para efeito de plantação de árvores, esclareceu que a Câmara só tinha responsabilidade na mobilização. Quando se tratava de determinado tipo de árvores, não havia problemas, podiam ser plantadas, nomeadamente nogueiras, pereiras e outras das quais adiantou não dispor dos seus nomes. No entanto, e no caso de árvores de crescimento rápido, disse que continuavam a ter as mesmas regras, por enquanto.-----

----- Quanto ao que o Senhor Deputado disse ter ouvido dizer, também ele tinha ouvido, nomeadamente que tudo iria mudar. Para tal, disse não acreditar que fosse permitida assim tanta facilidade, porque nessas situações teria de haver bom senso e a lei ainda não estava naturalmente em ação.-----

----- Relativamente à CIRA, reiterou o que tinha dito um pouco antes. Aproveitou para dar a conhecer que ainda há pouco tempo o Executivo tinha deliberado atribuir uma verba à CIRA, com os votos contra dos Vereadores do PS, e no âmbito da qual a maioria tinha votado favoravelmente por uma questão de solidariedade, porque também se a Câmara Municipal não aprovasse aquele apoio, correria o risco de dizerem que mais valia a Câmara sair fora, por não colaborar com nada. Comentou, assim, que tinham de ter alguma razoabilidade, não tendo deixado, no entanto, de reconhecer que tinha ficado bem ao Partido Socialista, que tinha tido uma oportunidade de estar em desacordo com a maioria, e concluiu concordar exatamente com essa posição.-----

----- Para finalizar, e uma vez que o Senhor Deputado Rui Marinha era representante na CIRA, disse para ele bater o pé, mas para ter cuidado com o que estava debaixo do pé.-----

----- Depois da intervenção efetuada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- Cumprimentados os presentes, naquela que era a sua primeira intervenção da sessão, o Senhor Deputado começou por abordar uma questão relacionada com o período de grandes chuvas e grandes catástrofes que tinha ocorrido recentemente. Referiu, assim, que para espanto seu, tinha querido contactar com a proteção civil e, recorrendo à página da Câmara, não tinha lá visto qualquer contacto direto, nem um número verde, ou um telemóvel. Disse haver um número, sim, que pensava ser da Câmara, apesar de não fazer ideia de onde seria, e que teve necessidade de contactar, mas que não tinha conseguido. Portanto, sugeria que talvez a disponibilização de um número verde, ou qualquer outra solução que tivesse um contacto direto, seria capaz de dar jeito aos munícipes.-----

----- Depois, e seguindo a ordem da informação que constava do documento, começou por dizer que achava que se fazia muito, e que nem nunca tinha dito que não. No entanto, acrescentou



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que ficaria mais confortável, e se calhar também toda a Assembleia, se as obras feitas por administração direta começassem a trazer algo de contabilidade de custos. Porque, explicou, enunciar as obras realizadas sem nunca haver referência a qualquer valor, ficavam sem saber quanto era gasto em administração direta. Reiterou, por isso, entender que seria importante essa referência, até se calhar para o Senhor Presidente, para a Câmara e para todos os Senhores Deputados, e ficariam todos muito mais confortáveis.-----

----- Continuando a seguir ainda a ordem do documento, e sobre a referência feita à execução de vistorias para ligação de redes prediais, o Senhor Deputado disse que era pena que não houvesse vistorias para edifícios, porque no concelho havia dezenas de edifícios em estado de ruína. Deu o exemplo do edifício que tinha ruído ali perto, mesmo ao lado do edifício do clube. Sobre o mesmo, deu a conhecer que antes de o edifício ter ruído, ele próprio se tinha deslocado à Junta de Freguesia, um mês antes ou talvez dois meses antes, precisamente para informar que o edifício se encontrava em risco de ruína. Deu também a conhecer, que na véspera, porque tinha caído uma das lamelas da mansarda que ia matando uma pessoa que se encontrava a circular na via, tinha mandado um mail para a Câmara, às onze da noite, comentando ter estranhado o tempo de reação, porque, e aproveitou para esclarecer, quando tinha chamado a atenção para o estado de ruína em que se encontrava o edifício, não tinha sido para alarmar a Câmara, tinha sido porque estava mesmo a ruir. O que aconteceu logo a seguir, acrescentou.-----

----- Considerou, portanto, que havia que ter mais cuidado naquelas situações porque, por acaso, ninguém tinha morrido, mas naquele sítio, em particular, costumava estar sempre gente sentada naqueles rebates, saída do café do clube, e aquele edifício estava numa situação perigosa, resultado da qual, por sorte, para todos, ninguém morreu.-----

----- Além disso, e apesar de reconhecer tratar-se de uma responsabilidade do proprietário, mas a Câmara podia impor obras, referiu que naquele edifício tinham ficado ainda todos os espaços das vigas por tapar, estando, portanto, a prejudicar o edifício do lado, para além de ter ficado um bocado em cima, em consola, que poderia cair a qualquer momento. Não deixou de alertar, por isso, para o perigo que alguém a sair do café, e que ali passasse, poderia correr, concluindo, portanto, que aquela situação deveria ser vista com algum cuidado.-----

----- Aproveitou, também, para dar a conhecer que havia muitos edifícios em condições semelhantes, como, por exemplo, as duas casas ao lado da sua que já não tinham telhado, era lixo a montes, adiantando pretender com aquilo dizer que deveria haver algum cuidado e, principalmente, no centro de Anadia, porque o edifício de que tinha falado estava a cinquenta metros da Câmara, e deixar cair um edifício a cinquenta metros da Câmara, parecia-lhe desleixo a mais.-----

----- Por outro lado, e sobre a ação social, deu conhecimento de uma situação em Espairo, que também tinha comunicado ao Senhor Presidente da Junta respetiva e à Câmara Municipal, de uma Senhora a quem a Câmara já tinha oferecido o projeto. Referiu, então tratar-se de uma





**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

situação mesmo de infra-humano. Explicou que naquela casa vivia uma pessoa acamada, uma criança com oito ou nove anos, um casal, e chovia lá dentro, pelo que considerava ser uma coisa mesmo de bradar aos céus.-----

----- Continuando, referiu que a Senhora tinha terreno, e inclusivamente o Senhor Presidente já tinha despachado o processo favoravelmente, mas queixava-se, entretanto, de se deslocar consecutivamente à Câmara e lhe dizerem que estavam a medir materiais, mas nunca mais resolviam o problema. O Senhor Deputado acrescentou, assim, tratar-se de uma situação que deveria ser tida em consideração na ação social, porque eram condições que não se desejavam a ninguém.-----

----- Depois, apresentou mais um assunto que disse ter a ver com os munícipes, essencialmente, e com a revisão do PDM. Começou por adiantar nada ter a comentar sobre o plano em si, mas disse que tinha de chamar a atenção para algumas coisas que entendia serem importantes que a Câmara percebesse, porque lhe poderia sair o reverso da medalha a seguir.--

----- Passou, então, a explicar que a avaliação, quer de casas em ruína, quer de terrenos, era feita pela capacidade construtiva, o que significaria, portanto, que na maior parte dos terrenos, a avaliação do terreno era mais cara do que se lá tivesse uma casa. Perante o número de casas existentes no concelho em ruínas e as áreas de expansão que iriam ser criadas, adiantou que o que poderia acontecer era que dali a pouco tempo, quando as finanças comessem a avaliar os terrenos urbanos, o que viria a seguir, cairiam na Câmara para reduzir o PDM, de certeza, porque os terrenos iriam ficar a um preço tal que seria incomportável às pessoas pagar aqueles valores.-----

----- A concluir, disse que uma das questões que pretendia levantar em relação àquele assunto, era saber se a Câmara tinha feito algum levantamento das casas desocupadas e devolutas no concelho, na medida em que elas contavam para a área urbana. Explicou que era apenas para ter uma ideia, porque, andando no terreno, verificava que eram muitas.-----

----- Para dar resposta às questões colocadas pelo Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Relativamente à questão do contacto com a proteção civil, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu a conhecer que a Câmara Municipal tem um acordo estabelecido com os Bombeiros Voluntários, que normalmente se encontram em melhores condições para receber os contactos, no âmbito do qual automaticamente é feita a ligação para os telefones do Presidente da Câmara e da Vice-presidente que foram disponibilizados aos Bombeiros. Contudo, não deixou de reconhecer que aquela solução não tinha sido muito divulgada, mas garantiu ao Senhor Deputado que a ligação à proteção civil existia.-----

----- Passando a falar do custo de obras por administração direta, disse que não poderia deixar de referir que o Senhor Deputado tinha sido um grande dinamizador das obras por administração direta naquela Câmara e que ainda que pudesse ter feito as contas, nunca lhe



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tinha apresentado o custo, porque não era obrigatório, como atualmente também não era, saberia.-----

----- Aproveitou para recordar que só agora a Câmara teria de implementar a contabilidade de custos, como também seria do conhecimento do Senhor Deputado, adiantando que não iria deixar de o fazer. Aproveitou, igualmente, para informar que pensava que a administração direta, e porque atualmente dispunham de muito melhor equipamento e tudo o mais, ficaria mais barata à Câmara Municipal em certas circunstâncias. Nessa medida, referiu que a Câmara recorria à realização de obras por administração direta, naquelas em que verificavam que, quer pela rapidez, quer pela resposta, quer pelo volume da obra, e de acordo com as contas efetuadas, era a melhor solução.-----

----- Ainda assim, disse que ultimamente a Câmara recorria essencialmente a empreitadas por dois motivos. Primeiro, por não ter autorização para contratar pessoal, apesar de necessitar, e, por outro lado, por sentir, claramente, que até na administração direta encontrava sérios problemas, essencialmente por falta de operador especializado para os diversos trabalhos a realizar. Adiantou, ainda, que como o Senhor Deputado bem saberia, esses operadores foram saindo, portanto, a situação vinha-se complicando, acabando por comentar, a concluir, que se a situação não fosse invertida, em termos de autorização para contratar, em breve não iria haver emprego nem para licenciados nem para os outros.-----

----- Quanto ao estado de ruína dos edifícios, disse tratar-se de um problema que tinha sido criado, também, com aquela situação. Passou, assim, a explicar que atualmente para demolir um edifício, primeiro era necessário, mesmo que a Câmara desenvolvesse um certo trabalho, um processo de demolição que pressupunha um projeto, que em vez de ser de construção era de demolição, com outra tramitação, era certo. Acrescido do facto de que os resíduos da demolição teriam de ser levados a um depósito de RCD's (Resíduos de Construção e Demolição), que ficava longe.-----

----- Esclareceu, entretanto, o Senhor Deputado que a Câmara Municipal cumpria os procedimentos e notificava os proprietários. No entanto, e falando em concreto da edificação referenciada pelo Senhor Deputado, deu a conhecer que o seu proprietário tinha apresentado nos serviços competentes um pedido de demolição, que se encontrava despachado, e relativamente ao qual a Câmara vinha insistindo com o proprietário para levantar a licença. Acrescentou, ainda, que esse proprietário nunca levantou a licença, apesar da insistência da Câmara, e só quando se apercebeu de que a edificação estava efetivamente a cair, como o Senhor Deputado tinha falado, é que se tinha apressado para resolver o problema, tendo recebido a colaboração da Câmara através da disponibilização de uma máquina adequada para o efeito.-----

----- Ainda sobre o assunto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o referido proprietário tinha realizado a demolição, com a colaboração da Câmara, mas parecia que só se tinha preocupado com ele, porque havia realmente, e para o efeito adiantou estar já prevista



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma vistoria, trabalhos por concluir. Contudo, adiantou que o proprietário, na altura da demolição, tinha sido avisado para realizar esses trabalhos, e tinha dito que os fazia, mas ainda não tinha feito.-----

----- Quanto às restantes situações, referiu que ao longo dos anos foram sendo criados problemas que cada vez se tornavam mais difíceis de resolver. No entanto, adiantou que a Câmara tudo vinha fazendo para ajudar as pessoas, disponibilizando-se, inclusivamente, para tirar as casas, dando o exemplo dos mais recentes casos em Fimalicão e em Paredes. Não deixou, contudo, de referir que a Câmara ir gerindo, da melhor forma possível, todas as situações, atendendo, nomeadamente, às situações dos munícipes.-----

----- Quanto à ação social, afirmou, desde logo, que o grande problema residia no facto de a Câmara não apresentar os números naqueles documentos. Mas, sublinhou que a área da ação social era uma das áreas onde a Câmara gastava muitíssimo dinheiro, nomeadamente, nas refeições, nos transportes, nas plantas que a Câmara cedia para construção, na isenção do pagamento de taxas referentes a ramais de água, a ramais de saneamento, entre outros. Reforçou, entretanto, que a Câmara Municipal fazia tudo isso, e que normalmente, também, eram as Juntas que comunicavam determinadas situações, que seriam depois confirmadas pelos técnicos da Câmara, porque, geralmente, quem mais precisava envergonhava-se de pedir, e por vezes aqueles que não precisavam, não tinham tanto problema.-----

----- Aproveitou, assim, para referir o caso da munícipe que o Senhor Deputado deu a conhecer ter visitado em certo tempo, começando por dizer que tinha lido o mail que o Senhor Deputado tinha enviado para a Câmara Municipal e que o tinha despachado para o serviço de ação social. Ora, sobre a situação, disse pretender deixar que o Senhor Deputado tinha visto um caso que não era assim de extrema pobreza. Era pobre, reconheceu, mas não deixou de referir que a extrema pobreza não estava no material, o que tornava essas situações difíceis de avaliar, na medida em que, por vezes uma pessoa ganhava o salário mínimo nacional e outra só ganhava metade, e esta pessoa conseguia viver com metade e a que tinha o salário todo não conseguia viver. Sublinhou, portanto, tratar-se de situações que teriam de ser interpretadas por quem sabia, pela parte social.-----

----- Não deixou de reforçar, então, que o serviço social era efetivamente uma das áreas em que despendiam muito dinheiro, e disso iam dando conta nas reuniões de Câmara, portanto, não tinham qualquer dúvida que estavam no bom caminho. Não obstante, aceitou que o Senhor Deputado pudesse considerar que deveria ser mais e reconheceu que até devesse ser mais. Mas não deixou de referir que a verdade era que o mais era subjetivo, porque, e aproveitando o exemplo que tinha dado anteriormente, se lhe pedissem uma casa completa, só poderia fazer a um ou dois. Portanto, frisou que estavam aí para colaborar.-----

----- E, não deixou de lembrar que fazia também parte dessa parceria a Segurança Social, que era quem cobrava o dinheiro às empresas e a eles próprios que tinham de colaborar, não era a Câmara que tinha que chegar e dar uma casa. Não, até porque, como também recordou, os



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

serviços do Estado eram os que colaboravam nos programas de habitação a preços controlados.-----

----- Quanto à avaliação, disse não querer comentar, uma vez que a mesma estava feita da forma que estava e os avaliadores cumpriam de acordo com o que a lei determinava. Contudo, considerou que não era correto uma pessoa que tinha uma casa cheia de painéis solares, toda bem apresentada, em plenas condições, pagar menos do que o desgraçado que se tinha visto obrigado a ir para casa do filho porque já não tinha forma de viver na sua casa, e que ainda ia ser penalizado. O que iria acontecer, rematou, era que iriam começar a ter de vender.-----

----- Por fim, e referindo tratar-se de uma crítica construtiva, disse ao Senhor Deputado que entendia que tirar ainda mais áreas de construção ao PDM do que o que tinha sido feito no passado era demasiado penalizante. Como tal, lançou um apelo para que nada mais fosse tirado, ao menos e para que esses espaços lá fossem deixados porque haveria alguém que desse alguma coisa por eles.-----

----- Dando continuidade ao período de intervenções no âmbito da discussão do primeiro ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU.-----

----- Relativamente à reunião que tinha tido lugar naquele preciso dia em Coimbra sobre o futuro das águas em Portugal, que tinha contado com a presença de técnicos da Comunidade Europeia, e na qual tinha sido discutido o problema da água, dos inertes e do saneamento, o Senhor Deputado perguntou ao Senhor Presidente se lá tinha estado não algum técnico a representar a Câmara Municipal de Anadia, ou se tinha sido convidado, uma vez que o assunto em discussão era de facto o avanço para a privatização da água e do saneamento.-----

----- Sobre o turismo, começou por dizer que tinha visto que a Câmara de Anadia tinha estado representada na BTL em Lisboa, na Feira do Turismo. A propósito, e no âmbito de uma entrevista feita ao Presidente da CIRA, Ribau Esteves, numa estação de rádio, que também falou sobre o problema da água, disse ter ouvido o Presidente da CIRA dizer que cada vez tinham de ser mais os privados a controlar o nosso país. Comentou, então, que o Presidente da CIRA parecia ter sede pela privatização também da água.-----

----- Aproveitou, ainda, para dar a conhecer que na mesma estação de rádio, disse ter ouvido, também, a representante do concelho de Anadia, a Vereadora da cultura e do turismo, anunciar um projeto que a Câmara Municipal iria ter brevemente em Anadia, que era a internacionalização dos Caminhos de Santiago.-----

----- Passando a falar sobre a lavagem de contentores, e apesar de o documento falar na limpeza e higiene, o Senhor Deputado disse que pensava que essa limpeza só era feita na cidade de Anadia, porque em Sangalhos nunca tinha visto o camião da lavagem dos contentores.-----

----- Sobre o desporto, disse que o Centro de Alto Rendimento não era um elefante branco, nem era preto. Era, de facto, uma obra que dignificava a região no turismo. E, por isso,



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aproveitou para fazer um apelo à representante da Câmara na Direção do Turismo, no sentido de pressionar a CP (Comboios de Portugal) a repor a paragem de um comboio intercity em cada sentido uma vez por dia na Estação da Curia, porque era mais que justo para o concelho ter desenvolvimento e para ter, também, condições de oportunidade, o que hoje não acontecia.-----

----- Ainda falando do Centro de Alto Rendimento, e no seguimento dos danos que tinha sofrido com a intempérie, o Senhor Deputado sugeriu ao Senhor Presidente da Câmara que as obras de reparação surgissem o mais urgente possível porque, a qualquer momento, a situação poderia vir a prejudicar a infiltração de águas na obra.-----

----- A finalizar, aproveitou, também, para sugerir uma oportunidade ao Senhor Presidente. Uma vez que iriam mexer no teto do Centro de Alto Rendimento, sugeria, no caso de ser possível, que a Câmara fizesse uma parceria com um projeto de aproveitamento de energia elétrica para venda à EDP, por forma a minimizar os custos do Centro de Alto Rendimento.-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou a sua intervenção, esclarecendo que o que tinham dito na reunião a que o Senhor Deputado se referiu, sobre as águas e o saneamento, de certeza que não era a pensar em Anadia, porque o assunto em Anadia estava resolvido. E disse que o assunto em Anadia estava resolvido, porque, como frisou, enquanto estivesse na Câmara Municipal, não haveria lugar a venda, ou não haveria a dita privatização, não tendo deixado de acrescentar que também pensava que não haveriam de ser aqueles que o seguiriam, seja de que partido fossem, que iriam privatizar isto. Porque não teria lógica, uma vez que era autossustentável, salientou, ainda.-----

----- Aproveitou para dar a conhecer que uma das reprogramações que teriam de ser efetuadas, iria incidir sobre melhor sustentabilidade para as ETAR's. Portanto, reafirmou que estava fora de causa qualquer venda. Quanto às palavras que o Senhor Deputado disse terem sido afirmadas pelo Senhor Presidente da CIRA, que adiantou, desde logo, não ser esse o seu pensamento, comentou, apenas que, ele, como muitos outros políticos, o que pretendiam, ao privatizar, era herdar empresas do Estado. Acrescentou, ainda, que eles não pensavam em construir empresas suas, porque essas custavam muito. O que lhes interessava era virem a herdar empresas do Estado, ficando eles com a gestão, ficando eles a mandar, passando a privado, os grupos associando-se e os políticos a saírem do político para o privado, instalando-se, que era aquilo a que vinham assistindo, rematou.-----

----- Comentou, ainda, que se fosse feita uma gestão adequada das empresas públicas, deixando de ter conselhos de administração tão volumosos e tão bem remunerados, de certeza que essas empresas dariam lucro. Deu como exemplo a diferença entre o preço da água e do saneamento praticado por essas empresas, que já eram semi público-privadas, e o praticado pela Câmara de Anadia. Por isso, afirmou que ninguém iria ter a capacidade, pelo menos



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

enquanto estivesse na Câmara Municipal, de discutir consigo, com argumentos válidos, a privatização das águas, porque a Câmara tinha números, e os números falavam. E concluiu que essa, sim, era uma verdade.-----

----- Continuando, informou o Senhor Deputado João Morais de que não tinha estado presente na dita reunião qualquer técnico da Câmara Municipal porque lá não iriam ensinar nada. O que iriam dizer era aquilo que o Executivo não queria ouvir, era que se encontravam disponíveis para negociar com a Câmara de Anadia a privatização. Finalizou o assunto, declarando que estavam ali para cumprir a lei, mas não estavam para ir a debates onde fosse posto em causa o tipo de administração da maioria no Executivo, porque não aceitavam isso.-----

----- No âmbito do turismo, uma área evidentemente ligada ao desporto, o Senhor Presidente reconheceu que era realmente necessário fazer algo em defesa disso. Considerou, por isso, que a Câmara Municipal estava no bom caminho, mas que teria de trabalhar ainda mais nessa área, apostando em cuidar de continuar a investir para que o turismo, que entendia ser, no futuro, uma alta fonte de rendimento no país, fosse também em Anadia uma realidade produtiva.-----

----- No que à Estação da Curia se refere, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu a conhecer ao Senhor Deputado que já por várias vezes, e continuava a fazê-lo junto da CP e da REFER, a Câmara Municipal tinha solicitado para essas entidades fazerem algo no sentido de repor a paragem na Curia, ao menos numa das estações do concelho. Assim, e sendo esse o entendimento do Senhor Deputado, o Senhor Presidente adiantou que a Câmara Municipal iria repetir a operação, comunicar mais uma vez, por se encontra recetiva a esse tipo de propostas e aceitá-las com agrado.-----

----- Relativamente às obras de reparação no telhado do Centro de Alto Rendimento, esclareceu que a ocorrência tinha sido uma consequência da intempérie, adiantando que a Câmara Municipal tinha seguros para as suas instalações, e que aquela também estava coberta pelo seguro, logo, iria ver a situação repostada exatamente como estava. Sobre o aproveitamento energético, deu a conhecer que a Câmara vinha tendo bons resultados, nas piscinas e em todo o lado. No entanto, disse que iriam aguardar para ver o que o futuro reservava, porque os apoios que vinham existindo para aquele tipo de instalação encontravam-se cortados.-----

----- Sobre a lavagem dos contentores, e a terminar a sua intervenção, disse que ia saber o que se passava, porque na sua terra sabia que eram lavados e custava-lhe acreditar que não fossem em Sangalhos, não deixando, no entanto, de admitir que pudesse haver uma lacuna.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que concluiu o que de seguida passa a ser transcrito na íntegra:-----

----- "Ora bem, para não perder tempo, indo direto ao assunto, é a democracia que temos, um minuto, portanto eu gostaria de perguntar à Senhora Vereadora onde é que está o Conselho Municipal de Proteção Civil que aqui há tempos disse que iria organizar para entrar em funcionamento.-----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Depois, efetivamente, claro que nós não podemos ter empregados da Câmara Municipal especializados, pois, o Senhor Presidente ocupa os lugares todos com os familiares, não é, com os seus familiares, a sua filha, o seu genro, claro que não havemos de ter especialistas.-----

----- Relativamente à água, efetivamente as tarifas têm vindo a aumentar ao longo dos tempos, tarifas ilegais, com taxa fixa, Senhor Presidente. Quer dizer, o Senhor está-nos a apresentar um mal menor. Vem aí o monstro, agora levem comigo que eu não vos roubo tanto. Não pode ser assim, Senhor Presidente. As tarifas que são cobradas em Anadia estão a aumentar e são ilegais, e o Senhor sabe disso. Claro que as entidades do Governo não controlam nada, isso o Senhor até admite. Portanto, as tarifas da água são ilegais e estão a aumentar a olhos vistos. Toda a gente percebe isso.-----

----- Quanto ao resto, efetivamente é o Cineteatro, é a Praça da Juventude, é a inexistência de um Conselho Municipal de Juventude. Portanto, tudo isto tem por trás a questão de fundo e esta é a principal: em Anadia, na sua pessoa, não há políticas de fixação de população, não há zonas industriais com empresas a trabalhar, todos os edifícios são retirados do centro de Anadia, deixando os comerciantes completamente entregues a si próprios e reféns da economia de mercado que o Senhor passa a vida a dizer que não presta. Mas, no entanto, acaba por ter determinadas práticas que são contra os municípios e o concelho de Anadia.-----

----- A pobreza, muita dela é psicológica, é, Senhor Presidente. A pobreza é psicológica. Quantos psicólogos é que existem na Câmara Municipal de Anadia, a verificar no terreno essa pobreza psicológica que o Senhor argumenta. Não, entregam sessenta cabazinhos a sessenta famílias carenciadas e isso para si é que é a ação social. Para o CDS de Anadia não é, nem há de ser, isso a ação social. Muito obrigado."-----

----- Para responder à intervenção efetuada pelo Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que a conversa do social estava esgotada, portanto, o Senhor Deputado não tinha qualquer tipo de resposta da Câmara.-

----- Entretanto, e relativamente ao Conselho Municipal de que o Senhor Deputado falou, o Senhor Presidente da Câmara informou que o mesmo estava para o CDOS e que não competia à Câmara Municipal. No entanto, acrescentou que estava em organização, como a lei determinava, mas que estava constituído.-----

----- Sobre a crítica que o Senhor Deputado tinha feito à Senhora Vereadora, quanto à inexistência de Conselho Municipal de Proteção Civil, aproveitou para esclarecer o Senhor Deputado de que se tratava do Plano Municipal de Proteção Civil, e não do Conselho Municipal de Proteção Civil, comentando que o Senhor nem sabia, no fundo, o que estava a questionar.---

----- Portanto, sublinhou tratar-se de situações que estavam todas em consonância com aquilo que a lei determinava, e isso é que interessava, até porque se não estivessem, a Câmara seria logo com certeza chamada à colação.-----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Por fim, e relativamente à tarifa da água, disse não compreender como o Senhor Deputado poderia fazer uma afirmação daquelas, na medida em que a Câmara tinha o controlo das entidades superiores a nível nacional, do ambiente, entre outras. Como tal, adiantou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que não poderia, nem valia a pena, dar resposta a tanta barbaridade junta.-----

----- Completada a resposta, e não havendo qualquer outro pedido para intervir naquele período de discussão do ponto um da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o mesmo por encerrado.-----

----- Prontamente, passou a apresentar o ponto dois da ordem do dia, *“Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de desafetação de uma parcela de terreno, com a área de quatro mil trezentos e noventa metros quadrados (4.390,00 m<sup>2</sup>), do domínio público municipal, sita em Vale de Loureiro, no lugar de Póvoa do Pereiro, Freguesia da Moita, de acordo com o estabelecido na alínea b), do n.º 4, do artigo 3.º, do RAMA”*.-----

----- Apresentado o segundo ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a introdução do mesmo.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu tratar-se de um assunto muito claro. Explicou, então, que o Município de Anadia era proprietário do edifício da escola da Póvoa do Pereiro e de um campo, e, como tal, era necessário legalizar essas situações, registando-as, portanto. Para isso, acrescentou que, conforme constava da lei, o processo tinha sido apresentado ao Executivo Municipal, que entretanto o tinha remetido à Assembleia Municipal, propondo a desafetação da respetiva parcela do domínio público municipal. Concluiu, assim, tratar-se de um procedimento que decorria da lei e, nessa conformidade, de uma tramitação que obrigatoriamente teria de passar pela Assembleia Municipal.-----

----- Para uma primeira intervenção naquele segundo ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que proferiu as palavras que de seguida se tentam transcrever na íntegra:-----

----- *“Agora mais desafogado, porque não é um minuto, em princípio...”*-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu o Senhor Deputado para o informar de que não iria voltar mais a fazer aquela insinuação. Aproveitou para recordar que o Senhor Deputado, como todos os outros Deputados da Assembleia, tinha feito, há cerca de dois anos e meio, uma votação no sentido dos tempos atribuídos a cada bancada. Por isso, recomendou ao Senhor Deputado para fazer o favor de respeitar a Mesa e a Assembleia.-----

----- Deu também a conhecer que na intervenção anterior, o CDS-PP tinha direito a sete minutos e a Mesa tinha-lhe dado dez. Como tal, entendia que a Presidência da Câmara merecia melhor respeito da parte do Senhor Deputado e do seu partido.-----

----- Voltou, entretanto, a recordar, e ressaltando que não voltaria a tocar naquele assunto,





**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que o Senhor Deputado tinha votado favoravelmente os tempos que a Assembleia tinha aprovado para cada partido. Aproveitou, também, para lembrar que, se o Senhor Deputado não estava consciente disso, o que dizia o Regimento era que o controlo dos tempos era da responsabilidade de cada bancada política. Portanto, se os Senhores Deputados não se sabiam comportar e controlar, era um problema seu.-----

----- Contudo, sublinhou que não podia ter as outras bancadas a solicitar-lhe a paragem da intervenção dos Deputados do CDS-PP por terem esgotado o seu tempo, e os Senhores Deputados, de uma forma deseducada, deselegante, e sem qualquer tipo de democracia, a continuarem a insistir nas mesmas teclas.-----

----- A concluir, pediu desculpa ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco por o ter interrompido e disse-lhe que poderia continuar e que tinha os seus sete minutos tal como antes de começar.-----

----- O Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, retomou, então, a palavra e concluiu o que de seguida se tenta transcrever na íntegra:-----

----- "Relativamente à questão da Póvoa do Pereiro, antes de mais, eu gostaria que me dissessem, porque eu não encontro aqui, qual é o técnico que assinou este documento, que eu vejo aqui um gatafunho, à consideração superior, o Chefe de Divisão, e depois assim uma coisita que não sei o que é que isto é, começa por um jota, provavelmente, se quiserem ver na primeira página da informação. Concordo, à consideração superior, o Chefe de Divisão, e não aparece o nome. É a técnica responsável a Dr. Ana Paula Mendes, não sei se é."-----

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou o Senhor Deputado se pretendia frisar à Câmara qual era o intuito da sua pergunta.-----

----- Novamente em posse da palavra, o Senhor Deputado continuou a sua intervenção, proferindo as palavras que se passam a tentar transcrever na íntegra:-----

----- "É saber quem é o Chefe de Divisão, está aqui um gatafunho. Quem é o Chefe de Divisão. Acho que é uma questão pertinente.-----

----- Depois, relativamente à escola em si, a mim parece-me que é preciso fazer aqui uma destrição, e que não vem na respetiva proposta apresentada, que é o domínio privado do Município tem que incluir, além de se mencionar o domínio privado, deve-se mencionar o domínio privado indisponível, porque se não se colocar nada, de hoje para amanhã este equipamento pode ser vendido a um privado, e de certeza que nós não queremos que estes bens sejam vendidos a privados. Efetivamente, se é para colocar no domínio privado municipal, eu acho que deve ser acrescentada uma menção, que está prevista na jurisprudência e na lei, portanto, e essa menção é no domínio privado municipal indisponível, porque se for só domínio privado, de hoje para amanhã o Executivo pode vender equipamentos que são considerados de interesse público e acho que isso nenhum dos Deputados aqui presentes pretende que isso aconteça. Portanto, acrescentar domínio privado municipal indisponível, porque se não, pode



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ser indisponível ou disponível. E parece-me que é para não ser disponível que estamos aqui todos e, portanto, este património deve-se manter no domínio, ainda que privado, municipal indisponível.-----

----- Depois, relativamente à questão da escola, efetivamente eu não percebo como é que a escola entra aqui, a escola ou o terreno da escola, entra aqui neste loteamento. Se já era da escola, se a escola e o terreno passaram para, e queria que me esclarecessem porque eu não consigo perceber isso, por que é que se inclui o terreno todo, incluindo a escola e o seu terreno e o campo de jogos, que presumo que tenha sido uma cedência da operação de loteamento que existiu, por que é que se inclui também a própria escola como sendo uma cedência. Foi nesta operação de loteamento? Foi num momento anterior? Portanto, é preciso esclarecer, pelo menos, esclarecerem-me a mim, e peço desculpa de não ter os conhecimentos se calhar que deveria ter relativamente a este assunto, mas por isso é que está aqui o Senhor Presidente de Câmara e os seus técnicos, que me esclareçam como é que no âmbito de uma operação de loteamento se vai ceder um terreno de uma escola, que sempre foi uma escola pública e que esteve lá os anos todos que nós sabemos a funcionar. Portanto, não consigo compreender como é que agora isso vai para o domínio municipal privado, Deus queira que seja indisponível. Para quê? Não sei. Expliquem-me, por favor. Muto obrigado."-----

----- Para responder às questões levantadas pelo Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que a intervenção do Senhor Deputado era algo estranha, na medida em que o seu colega de bancada era uma pessoa que tinha conhecimento na matéria e sabia que realmente estava tudo bem.-----

----- Entretanto, não deixou de lamentar o comentário feito pelo Senhor Deputado relativamente à assinatura do Chefe de Divisão, que ao mesmo tempo considerou uma falta nítida de respeito pelo próximo, chamar um gatafunho a uma assinatura de alguém. Para o efeito, aproveitou para informar o Senhor Deputado de que se tratava da assinatura do Dr. João Paulo, que era o Chefe da Divisão correspondente àquela área.-----

----- A finalizar, declarou que o Executivo confiava no Chefe de Divisão e, naturalmente, no trabalho desenvolvido, e disse claramente ao Senhor Deputado que não lhe dizia nada o facto de ser disponível ou indisponível, porque para o caso em questão, uma coisa não tinha que ver com a outra. Declarou, ainda, a concluir, que o Executivo não alteraria minimamente o documento porque não havia necessidade disso.-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado começou por dizer que se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal lhe concedesse tempo, aproveitaria para esclarecer a razão por que a escola se



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

encontrava naquele local. Assim, explicou que a escola se encontrava ali porque quando tinha sido necessário construí-la há muitos anos, a Câmara na altura não tinha dinheiro e o terreno tinha sido cedido para construção da escola sem a escola nunca ter sido registada. Acrescentou, também, que o terreno tinha sido cedido por um particular para a construção da escola, para bem da população, o que era normal da parte de pessoas que tinham capacidade financeira, ou que tinham terrenos, permitiam fazer isso. Portanto, concluiu que a razão de a escola estar naquele local era apenas essa, porque o terreno não era propriedade da Câmara. E, uma vez que a escola se encontrava construída num terreno que era propriedade de um privado, para passar para o domínio municipal, era necessário aquele procedimento, relativamente ao qual adiantou não ver qualquer inconveniente.-----

----- No entanto, referiu que o único problema, e aí não daria razão ao Senhor Presidente, até porque tinha um parecer da CCDRC sobre outra situação idêntica, era precisamente sobre o domínio público privado disponível e indisponível. Passou, então, a explicar que o domínio privado disponível, por exemplo, eram lotes para venda e, como tal, era preciso destringir, porque, se não, o domínio prático indisponível teria praticamente a mesma leitura que espaço de utilidade pública. Reforçou, mesmo, que se não fosse esclarecido, e se fosse domínio privado disponível, que era o caso dos apartamentos que a Câmara Municipal tinha para venda, dos terrenos em zonas industriais, seria completamente diferente.-----

----- Portanto, esclareceu haver dois domínios municipais que eram completamente diferentes: o indisponível e o disponível. Logo, entendia que teriam de esclarecer, naquele caso em discussão, se era disponível ou se era indisponível, adiantando que uma escola seria indisponível, claramente, por ser um equipamento. Concluiu, dizendo que se acrescentassem no documento, não teria mal algum e ficaria tudo mais esclarecido.-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra a Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal concordou ser evidente que não faria mal algum, mas acrescentou que bem também não faria, até porque muitas eram as escolas que vinham sendo vendidas, e se lá tivessem posto o termo indisponível, a escola não funcionaria. Referiu, assim, que lhe parecia haver ali uma segunda intenção, mas declarou não estar, de maneira alguma, levado para segundas intenções.-----

----- Sublinhou, entretanto, que a escola era propriedade municipal e que o terreno, como o Senhor Deputado sabia, não tinha sido registado. Portanto, esclareceu que o que estava ali em causa era o registo, não estava em causa a escola, assim como não estava em causa o campo. E era isso que a Câmara pretendia fazer, passar aquele território para o domínio municipal. Nada mais. Não precisava nem de disponível nem de indisponível, porque, como não ia vender de certeza a escola, não importava que fosse disponível ou indisponível, não era necessário, rematou.-----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Disse, ainda, que para o efeito a que o Senhor Deputado Sidónio Simões se referia, e estava a entender, seria lógico, tratando-se de eventual zona para construção. Mas como se tratava de uma edificação de carácter genuinamente público, logo, nada disso era necessário. Esclareceu, assim, a concluir, ser aquela a sua interpretação, eventualmente contra a dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, mas caberia à Assembleia dispor sobre o assunto, até porque logo a seguir seria discutido um caso semelhante.-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal recordou que as propostas apresentadas à Assembleia Municipal pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal não conheciam alteração, ou eram aprovadas, ou não eram aprovadas. Portanto, se o Senhor Presidente da Câmara, como responsável máximo do Executivo, entendia que não deveria alterar a sua proposta inicial, a proposta que seria submetida a votação seria a proposta inicialmente apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara. Acrescentou, ainda, que à Assembleia só competia concordar com ela ou não, não competia a alteração dessa mesma proposta.-----

----- Prestado o esclarecimento, e não vendo qualquer outro pedido de intervenção naquele período de discussão do ponto dois da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado aquele período de discussão, tendo submetido, de imediato, à votação dos Senhores Deputados a Proposta de desafetação de uma parcela de terreno, com a área de quatro mil trezentos e noventa metros quadrados (4.390,00 m<sup>2</sup>), do domínio público municipal, sita em Vale de Loureiro, no lugar de Póvoa do Pereiro, Freguesia da Moita, de acordo com o estabelecido na alínea b), do n.º 4, do artigo 3.º, do RAMA.-----

----- Decorrida a votação, anunciou que a Proposta de desafetação de uma parcela de terreno, com a área de quatro mil trezentos e noventa metros quadrados (4.390,00 m<sup>2</sup>), do domínio público municipal, sita em Vale de Loureiro, no lugar de Póvoa do Pereiro, Freguesia da Moita, de acordo com o estabelecido na alínea b), do n.º 4, do artigo 3.º, do RAMA, tinha sido aprovada por maioria, com vinte e oito votos a favor de Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, de Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, do Senhor Deputado do Grupo Municipal da CDU e do Senhor Deputado Municipal Independente José Cerveira Lagoa, um voto contra, do Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo, e quatro abstenções, dos Senhores Deputados Armando Henriques Pereira e César Henrique Seabra Rangel e Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD e o último, também, Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, do Senhor Deputado Tiago Pereira Coelho, do Grupo Municipal do PS, e do Senhor Deputado Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, encontrando-se ausente o Senhor Deputado Rui António de Almeida Marinha, do Grupo Municipal do PS, e o Senhor Deputado André Miguel Matos Beja Henriques, também do Grupo Municipal do PS.-----

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto dois da ordem do dia.-----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- De imediato, passou a apresentar o ponto três da ordem do dia, "*Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de desafetação de uma parcela de terreno, com a área de mil quatrocentos e trinta e dois metros quadrados (1.432,00 m<sup>2</sup>), do domínio público municipal, sita em Anadia, de acordo com o estabelecido na alínea b), do n.º 4, do artigo 3.º, do RAMA*".-----

----- Apresentado o ponto três da ordem do dia, solicitou a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal para proceder à sua introdução.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou tratar-se do espaço contíguo ao edifício da Câmara Municipal e da necessidade de regularizar aquelas obras para a Câmara as poder registar, para criar números próprios da edificação. Acrescentou, ainda, que a situação era a mesma e, portanto, não valeria a pena repetir, portanto, o que a Câmara necessitava era que fosse discutido e votado, já que a apresentação era igual à do ponto anterior.-----

----- Para uma primeira intervenção no período de discussão do ponto três da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado começou por referir que uma vez que a situação era em tudo idêntica à anterior, iria, portanto, dizer o que já tinha dito na anterior. Antecipando concordar, ou melhor, não ver qualquer problema naquela questão, entendia ser uma confiança excessiva do Senhor Presidente na Assembleia, mas que a tinha, porque aquilo deveria ter sido feito antes de a obra ter sido iniciada, uma vez que já era sabido que aquela parcela iria ser ocupada.-----

----- Depois, e apenas por uma questão de rigor, referiu que o documento dizia estar assinalada a roxo na planta e tinha andado à procura de coisas a roxo na planta, mas a roxo na planta não havia nada. No entanto, também salvaguardou que percebia tratar-se de uma questão de linguagem.-----

----- Por fim, reiterou que aceitava, e aquela muito mais gravosa que a da Póvoa do Pereiro, por se tratar de um edifício municipal e ainda por cima agarrado ao edifício da Câmara, mas entendia que deveria estar referenciado no documento o domínio municipal indisponível, porque sobre isso não havia nada a dizer, o edifício era mesmo municipal.-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal aproveitou para esclarecer que por uma questão de limite de custos, não tinha sido tirada qualquer cópia a cores e, portanto, o documento fazia referência a cores, mas as cópias distribuídas aos Senhores Deputados não as tinham, tinha apenas o original.-----

----- Prontamente, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder à intervenção que tinha acabado de ser formalizada pelo Senhor Deputado Sidónio Simões.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse pretender fazer apenas um esclarecimento, não sem antes anunciar que concordava inteiramente com o Senhor Deputado, quando dizia que deveria ter sido antes. Não obstante, esclareceu ser exatamente a situação



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que tinha encontrado, sendo que atualmente ainda andavam a ser legalizados procedimentos que tinham sido realizados há muitos anos, antes de vir para a Câmara. Portanto, adiantou que as situações iam sendo repostas como e quando era possível, até porque se um privado era obrigado a fazer escritura, registos, e outros, também a Câmara Municipal deveria ter feito tudo isso.-----

----- Assim, referiu pretender apenas explicar ao Senhor Deputado Sidónio Simões que aquele procedimento deveria ter sido cumprido há mais tempo e aquela parcela já ser domínio público, para, então, realizar outro tipo de trabalho, como um loteamento ou outra operação qualquer, ainda que acabasse por ter de ser feita na mesma, a não ser que utilizassem outras figuras. Não obstante, de uma forma ou de outra, era necessário o registo daquela parcela e não poderia ser feito de outra maneira.-----

----- Dando continuidade ao período de intervenções no âmbito do ponto três da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que concluiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra:-----

----- "Indo direto ao assunto, estamos aqui é para trabalhar, e portanto, eu peço que olhem para a planta topográfica. Efetivamente, nós sabemos que antigamente havia ali uma estrada que passava encostada ao terreno de um privado. Efetivamente a planta topográfica que nos é apresentada com a faixa que querem incluir no domínio privado municipal sem mencionar se é no indisponível ou no disponível, portanto, eu acho que é bom que se frise este ponto. Deve-se mencionar que é indisponível, porque de hoje para amanhã as segundas intenções estão no próprio Senhor Presidente de Câmara que se quiser alienar aquele equipamento, e não me admiro nada que seja essa a intenção, porque efetivamente vai continuar como líder à frente do Município, em princípio, não é Senhor Presidente?-----

----- E, portanto, olhando para a planta topográfica, temos aqui uma antiga estrada, e depois, se olharmos para a planta que nos é apresentada, que efetivamente nem sei se está assinada se não, portanto, não sei até que ponto é que ela não pode ser posteriormente alterada, e as coisas têm que ser tratadas com rigor, acima de tudo com rigor e transparência, e portanto, nós olhamos para a faixa e a faixa não apanha estrada nenhuma e fica ainda uma estrada entre a faixa que se pretende incluir no domínio e o próprio terreno do privado. Portanto, há aqui qualquer coisa que não bate a bota com a perdigota, como se costuma dizer. A planta topográfica diz uma coisa e a planta que é apresentada aparenta outra, porque efetivamente continua lá uma estrada onde os automóveis costumam parar. E eu pergunto, Senhor Presidente de Câmara, afinal em que é que ficamos, com a faixa da planta topográfica ou com a faixa da planta que nem sequer assinada está e que é apresentada nesta Assembleia Municipal.-

----- Efetivamente, além disto tudo, e foi esse o meu sentido de voto de vencido, com declaração de voto que fiz anteriormente à Mesa, é só para mencionar que além destas questões que podem ser tecnicamente esmiuçadas, digamos assim, há a questão de considerar



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estes bens como indisponíveis, porque se não forem considerados como indisponíveis, a segunda intenção existe lá sempre, que é a vender o património municipal. Quem não incluir o indisponível, que se frise bem, quem não incluir o indisponível neste tipo de votação, está a permitir que amanhã este tipo de património seja vendido, ponto. E acho que é isso que deve ser bem frisado. Evitar que este tipo de património seja vendido. E, portanto, não custa nada incluir indisponível. Por que é que o Senhor Presidente não o quer incluir? Segundas intenções.”-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder à intervenção efetuada pelo Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por esclarecer que nem o Presidente da Câmara, nem a Câmara, tinham competência para alienar aquele tipo de instalações. Tratava-se de uma competência que era atribuída à Assembleia Municipal. Portanto, entendia que a Assembleia vinha sendo tão independente e tão responsável que saberia perfeitamente que não havia ali qualquer intenção que não a de legalização daquela parcela de terreno.-----

----- Nessa conformidade, considerou que o disponível ou indisponível não deveria constar, na medida em que poderia facilitar numas situações, mas também poderia dificultar noutras. Contudo, disse não ver ali qualquer cidadão, como membro da Assembleia, interessado em vender a Câmara. Isso era o que fazia o Governo atual, vendia tudo, e esse sim, precisaria realmente de ver referenciada a palavra indisponível para poder vender, comentou.-----

----- Portanto, como não havia ali dois pesos e duas medidas, nem a Câmara Municipal era comparável, porque comprava, adquiria, e apenas vendia aquilo que deveria vender e ficava com aquilo que deveria ficar, o Senhor Presidente reforçou que a Câmara Municipal não estava a pensar em vender, nem era esse o objetivo da proposta, mas antes o de registar o seu território, aquele que estava sobre a tutela da Câmara Municipal. Era apenas isso que era pedido à Assembleia Municipal.-----

----- Finalizada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do PPD/PSD.-----

----- Depois de cumprimentar os presentes naquela que era a sua primeira intervenção da sessão, o Senhor Deputado disse apenas que estavam a falar sobre aqueles termos, disponível e indisponível, quando na sua opinião, o que interessava era que aquela parcela de terreno ficasse registada como propriedade da Câmara, situação em que não se encontrava no momento. Quanto ao disponível ou indisponível, comentou que mais cedo ou mais tarde qualquer pessoa poderia mudar isso, bastaria, para tanto, ser presente à Assembleia Municipal.-

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu, apenas, que aquela decisão teria de



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

passar sempre pela Assembleia Municipal, porque alienar, vender, etc., o património municipal não era competência de nenhuma Câmara. Portanto, disse que não retiraria nada da proposta, porque isso seria adulterar todo o trabalho que tinha sido feito e toda a intenção de resolver de forma rápida o registo daquele património.-----

----- Apresentado o esclarecido por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal, e não vendo qualquer outro pedido de intervenção naquele período de discussão do ponto três da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado aquele período de discussão, tendo submetido, de imediato, à votação dos Senhores Deputados a Proposta de desafetação de uma parcela de terreno, com a área de mil quatrocentos e trinta e dois metros quadrados (1.432,00 m<sup>2</sup>), do domínio público municipal, sita em Anadia, de acordo com o estabelecido na alínea b), do n.º 4, do artigo 3.º, do RAMA.-----

----- Decorrida a votação, anunciou que a Proposta de desafetação de uma parcela de terreno, com a área de mil quatrocentos e trinta e dois metros quadrados (1.432,00 m<sup>2</sup>), do domínio público municipal, sita em Anadia, de acordo com o estabelecido na alínea b), do n.º 4, do artigo 3.º, do RAMA, tinha sido aprovada por maioria, com vinte e oito votos a favor dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, de Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, do Senhor Deputado do Grupo Municipal da CDU e do Senhor Deputado Municipal Independente José Cerveira Lagoa, um voto contra, do Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo, e duas abstenções, do Senhor Deputado Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e do Senhor Deputado Tiago Pereira Coelho, do Grupo Municipal do PS, encontrando-se ausente o Senhor Deputado Manuel Maria Cardoso Leal, do Grupo Municipal do PS, o Senhor Deputado Rui António de Almeida Marinha, do Grupo Municipal do PS, e o Senhor Deputado André Miguel Matos Beja Henriques, também do Grupo Municipal do PS, e o Senhor Deputado Mário Augusto Carreira Heleno, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Vilarinho do Bairro.-----

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto três da ordem do dia.-----

----- De imediato, passou a apresentar o ponto quatro da ordem do dia, *"Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de atribuição de despesas de representação aos titulares de cargos de direção intermédia de segundo grau e de alteração ao Regulamento de Organização de Serviços Municipais, nos termos do n.º 2, do artigo 24.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto"*.-----

----- Apresentado o ponto quatro da ordem do dia, solicitou a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal para proceder à sua introdução.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir tratar-se de um complemento na remuneração dos titulares de cargos de direção da Câmara Municipal, ao qual eles tinham direito enquanto estivessem no ativo, mas que teria de ser aprovado pela





## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.-----

----- Referiu, ainda, que o procedimento adotado pelas Câmaras vizinhas, em vez daquela proposta, era colocarem no seu regulamento da organização dos serviços municipais aquele princípio, que também era, como os Senhores Deputados saberiam, aprovado pela Assembleia Municipal.-----

----- Concluiu, assim, que para facilitar toda aquela tramitação e, ao mesmo tempo, não criar dúvidas sobre os funcionários que se encontravam naqueles cargos de chefia, a Câmara também tinha entendido que aquela situação constasse do regulamento de organização de serviços municipais, pelo que era essa a proposta que apresentava à Assembleia Municipal. Referiu, ainda, a terminar, que os titulares de cargos de direção intermédia tinham direito àquela remuneração e, portanto a proposta da Câmara Municipal era simples, era no sentido de a Assembleia definir a atribuição das despesas de representação a esses titulares, com uma alteração no respetivo regulamento, a exemplo do que faziam todas as Câmaras vizinhas.-----

----- Para uma primeira intervenção no período de discussão do ponto quatro da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que completou o que de seguida se tenta transcrever na íntegra:-----

----- “É bom desculparmo-nos com a vizinhança, não é. Quando a vizinhança é boa, é bom, quando é má. São trezentos e oito Câmaras, Senhor Presidente, trezentos e oito Câmaras a terem uma prática idêntica à sua no nosso país. Efetivamente se nós acharmos, e se calhar são poucos os que acham, mas efetivamente se nós acharmos que mil e setecentos euros líquidos por mês é pouco, ainda temos aqui estes Senhores, que merecem toda a minha consideração, a receberem mais cento e oitenta euros para representarem o quê. Esta é que é a questão de fundo. O que é que estes Senhores vão representar. Em que é que eles vão representar o Município de Anadia.-----

----- Mas já nem falo nos exemplos da vizinhança, do estado em que o país se encontra, com a *Troika*, com o Governo, não. Concretamente, onde é que nós podemos marcar a diferença. Era aqui, hoje. Era dizendo aos munícipes de Anadia que estes Senhores podem viver perfeitamente sem cento e oitenta euros por mês a mais, porque já recebem mil e setecentos, e, portanto, tenham a hombridade e a honra de abdicarem deste valor em prol do Município de Anadia. E era isso que eu gostava que saísse daqui desta Assembleia hoje. Se calhar sou o único. Se calhar sou. Mas represento a voz de muitos que estão lá fora e que não estão aqui hoje. Muito obrigado.”-----

----- Sem mais solicitações para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o período de discussão do ponto quatro da ordem do dia por encerrado, iniciando, de imediato, a votação da Proposta de atribuição de despesas de representação aos titulares de cargos de direção intermédia de segundo grau e de alteração ao Regulamento de Organização de Serviços Municipais, nos termos do n.º 2, do artigo 24.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.-----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Decorrida a votação, anunciou que a Proposta da Câmara Municipal de atribuição de despesas de representação aos titulares de cargos de direção intermédia de segundo grau e de alteração ao Regulamento de Organização de Serviços Municipais, nos termos do n.º 2, do artigo 24.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, tinha sido aprovada por maioria, com vinte e sete votos a favor dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, de Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, do Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões, do Senhor Deputado do Grupo Municipal da CDU, um voto contra, do Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo, e duas abstenções, da Senhora Deputada Mónica Rita Pimenta Lousado, do Grupo Municipal do PS, e do Senhor Deputado Municipal Independente José Cerveira Lagoa, encontrando-se ausente o Senhor Deputado Manuel Maria Cardoso Leal, do Grupo Municipal do PS, o Senhor Deputado Rui António de Almeida Marinha, do Grupo Municipal do PS, o Senhor Deputado André Miguel Matos Beja Henriques, também do Grupo Municipal do PS, o Senhor Deputado Fernando Adelino Pina Fernandes, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Arcos, e o Senhor Deputado Mário Augusto Carreira Heleno, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Vilarinho do Bairro.-----

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto quatro da ordem do dia.-----

----- De imediato, passou a apresentar o ponto cinco da ordem do dia, *"Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de designação do Júri dos procedimentos concursais, abertos por deliberação tomada em reunião de treze de fevereiro de dois mil e treze, nos termos do artigo 13.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto"*.-----

----- Apresentado o ponto cinco da ordem do dia, solicitou a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal para proceder à sua introdução.-----

----- Referindo que a disposição anterior e a presente estavam muito ligadas, o Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou, relativamente à anterior, tratar-se de um abono que decorria da lei e, portanto, considerava ser um direito que os Chefes de Divisão tinham e que não tinham reivindicado, pelo que cada um entendia como quisesse. Não deixou, também, de considerar estarem em causa lugares não definitivos, a tal ponto, que a Câmara Municipal iria desenvolver procedimentos concursais para o pessoal diretivo, de acordo com o exigido pela legislação em vigor. Acrescentou, ainda, que esses concursos teriam de obedecer a uma determinada tramitação, e adiantou, desde logo, que a Câmara iria abrir concurso para os lugares de Chefe de Divisão de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental; Chefe de Divisão de Desenvolvimento Organizacional; Chefe de Divisão de Desenvolvimento Humano, Cultural e Social; Chefe de Divisão de Qualidade, Ambiente e Gestão de Frota; Chefe de Divisão de Planeamento e Urbanismo e Chefe de Divisão de Equipamentos, Mobilidade, Águas e Saneamento.-----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Assim, e no âmbito desses procedimentos, deu a conhecer que o Júri teria de ser designado pela Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal, pelo que cabia à Assembleia aprovar ou não aprovar essa proposta, de acordo com a vontade dos Senhores Deputados. Cabendo, então, à Assembleia Municipal designar o Júri, adiantou que, no caso em apreço, a proposta incluía Técnicos Superiores da vizinha Câmara de Cantanhede, um trabalho que era solicitado muitas vezes às Câmaras, às Universidades.-----

----- Concluiu, portanto, que no fundo o que os Senhores Deputados teriam de fazer era concordar ou não concordar com aquele procedimento que decorria da lei, rematando nada mais ter a dizer, uma vez que entendia que o documento de suporte era suficientemente elucidativo.-

----- Para uma primeira intervenção no período de discussão do ponto cinco da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado começou por constatar que alguns dos opositores daqueles concursos, de certeza, ou pelo menos um deles seria quase de certeza, já tinha exercido funções políticas em Cantanhede. Portanto, considerou que talvez aquela não fosse a melhor solução, na medida em que poderia deixar aqui algumas dúvidas no ar que não seria conveniente.-----

----- Para o efeito, disse que o normal, e que vinha assistindo em concursos daquela natureza, seria, na área da Engenharia, pedir à Ordem dos Engenheiros uma pessoa isenta, portanto, de fora, porque nomeiam sempre uma pessoa de longe para não haver dúvidas, à Ordem dos Arquitetos, idem aspas, aspas. Não deixou de reconhecer, contudo, que essa solução implicaria custos para a Câmara, porquanto sendo da Câmara não teria, mas adiantou não saber se aquela proximidade era o ideal.-----

----- A terminar, sublinhou não estar a pôr em questão a honestidade de ninguém, simplesmente entendia que poderia haver ali relações profissionais que poderiam impedir o Júri até de funcionar, porque só havia um elemento para cada um dos concursos.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse nada ter a comentar, porque eram opiniões. Ainda assim, disse que, pelo contrário, entendia que a escolha de um Júri era sempre algo muito sensível, mas teriam de correr esses riscos. No entanto, não deixou de referir que mesmo com a Ordem dos Advogados, ou com a Ordem dos Engenheiros, não significava que não existisse influência. Mas a Câmara acreditava haver credibilidade no Júri, por isso tinha apresentado aquela proposta.-----

----- Para uma nova intervenção no período de discussão do ponto cinco da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que concluiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra:-----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- “Senhor Presidente. Tudo bem que pode haver credibilidade, não há é transparência nenhuma. O problema é de transparência. Então o Senhor mete dois Vereadores como Presidentes, um sem ser suplente, caso o outro falte, dois Vereadores da sua Câmara, do seu Executivo, como Presidentes do Júri, e depois os restantes elementos todos são de Cantanhede. O Senhor acha que pode haver credibilidade.-----

----- Ninguém está a pôr aqui em causa a credibilidade e a competência pessoal de cada um. Agora, não há é transparência nenhuma. O Senhor fez os convites a mais alguém? Ou apresentaram-se aqui a dizer nós queremos ser e tal, sim senhor, então se querem ser, é gratuito, venham. Não. Que propostas é que foram feitas? Não estão aqui, como sempre.-----

----- Nunca nada nesta Câmara é transparente e isto é mais um exemplo da falta de transparência e da promiscuidade que existe. Concursos que são criados, que deviam ter em conta o mérito das pessoas que se estão a candidatar e nós já sabemos que isto é uma panelinha arranjada só para entreter os Deputados Municipais e os municípios nos municípios. Que não é só em Anadia que isto se faz. Não é só em Anadia, mas aqui está um exemplo. Nós temos é que nos preocupar com a nossa terra. Muito obrigado.”-----

----- Terminada a intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e não havendo qualquer outro pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o período de discussão do ponto cinco da ordem do dia por encerrado e, prontamente, submeteu à votação dos Senhores Deputados a Proposta da Câmara Municipal de designação do Júri dos procedimentos concursais, abertos por deliberação tomada em reunião de treze de fevereiro de dois mil e treze, nos termos do artigo 13.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.-----

----- Decorrida a votação, anunciou que a Proposta da Câmara Municipal de designação do Júri dos procedimentos concursais, abertos por deliberação tomada em reunião de treze de fevereiro de dois mil e treze, nos termos do artigo 13.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, tinha sido aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD e de Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, um voto contra, do Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo, e quatro abstenções, do Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões, da Senhora Deputada Mónica Rita Pimenta Lousado, do Grupo Municipal do PS, do Senhor Deputado do Grupo Municipal da CDU, João Alves Morais, e do Senhor Deputado Municipal Independente, José Cerveira Lagoa, encontrando-se ausente o Senhor Deputado Manuel Maria Cardoso Leal, do Grupo Municipal do PS, o Senhor Deputado Rui António de Almeida Marinha, do Grupo Municipal do PS, o Senhor Deputado André Miguel Matos Beja Henriques, também do Grupo Municipal do PS, e o Senhor Deputado Mário Augusto Carreira Heleno, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Vilarinho do Bairro.-----

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

encerrado o ponto cinco da ordem do dia.-----

----- De imediato, passou a apresentar o ponto seis da ordem do dia, "*Análise dos procedimentos desenvolvidos, tendo em atenção a publicação da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, e discussão e aprovação de eventuais medidas a implementar*".-----

----- Apresentado o ponto seis da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a fazer uma breve introdução do assunto. Começou por dar a conhecer que a Mesa da Assembleia tinha decidido, e os líderes de bancada que tinham estado presentes na reunião de líderes de bancada realizada na semana anterior tinham concordado, que deveria submeter à discussão da Assembleia Municipal aquela questão, no sentido de tentar perceber se os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e demais membros da Assembleia teriam algum reparo importante a fazer relativamente aos procedimentos já desenvolvidos.-----

----- Para o efeito, recordou que os procedimentos tinham começado a ser desenvolvidos em outubro de dois mil e onze, com a análise e discussão do então Livro Verde, tendo passado primeiro pelas Juntas de Freguesia e depois pela Assembleia Municipal, até à questão da Lei número vinte e dois barra dois mil e doze, de trinta de maio, que tinha tido os mesmos procedimentos, passando pelas decisões que entretanto tinham sido tomadas e, depois, por outras atitudes, como sendo a marcha lenta que foi realizada de sul para norte do concelho e, também, as sete providências cautelares que foram intentadas e que, como seria do conhecimento dos Senhores Deputados, tinham merecido o mesmo tratamento que as outras providências cautelares no país.-----

----- Deu também a conhecer que no dia dez de dezembro tinha sido ainda solicitado um esclarecimento sobre a questão do Agrupamento de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas, relativamente à situação de não ser a primeira Freguesia mencionada nesse Agrupamento a Freguesia mencionada depois como sede de freguesia provisória. Quanto a esse pedido de esclarecimento, informou que a Assembleia também não tinha ainda recebido qualquer resposta.-----

----- Referiu, assim, que perante o que tinha dito antes, era intenção da Mesa saber dos Senhores Presidentes e dos Senhores Deputados se haveria algo a referir sobre aquele assunto e saber se existia, ainda, da parte dos mesmos, a necessidade de que a Assembleia Municipal tomasse alguma decisão para o futuro.-----

----- Adiantando, desde logo, que aquele não seria, por parte da Mesa, o ponto final sobre o assunto, antecipou que o mesmo poderia voltar à Assembleia sempre que alguém entendesse por conveniente. No entanto, referiu que a Mesa considerou que seria importante, naquele momento, fazer um ponto da situação, e como o ponto da situação era solicitado aos Senhores Deputados, naquele momento iria passar a palavra a quem por bem entendesse que deveria intervir.-----

----- Para uma primeira intervenção no período de discussão daquele ponto seis da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Morais, do Grupo Municipal da CDU.-----

----- O Senhor Deputado tomou a palavra para fazer a declaração que se passa a tentar transcrever na íntegra:-----

----- “O Governo, com o apoio dos partidos do CDS e PS, que assinaram o acordo memorando com a *Troika*, para proceder à alteração da administração local, o Governo, contra o seu programa eleitoral, reduziu o número de Freguesias e introduziu um novo regime jurídico dos municípios e o estatuto das entidades intermunicipais.-----

----- Com a data histórica da revolução do vinte e cinco de abril, o povo português, nestes últimos trinta e oito anos após as primeiras eleições democráticas, consolidou um trabalho insubstituível em prol do bem-estar das populações, impensável noutras instâncias do poder político. Alterar a lei das finanças locais é suicidar o poder local, pois este é os alicerces desta autonomia e com profunda boa gestão dos municípios, e a sua dívida ser de três por cento, enquanto a dívida da administração pública ser de noventa e seis por cento.-----

----- O que devemos ter em conta é que os municípios suportam trinta e três por cento do investimento do Estado, sendo ao mesmo tempo nalgumas regiões do nosso país o maior empregador de recursos humanos, combatendo, assim, o número de desempregados. Por estas razões, devemos exigir a demissão deste Governo e, nas próximas eleições autárquicas, o povo quando for votar deve votar contra os partidos que assinaram o memorando da *Troika*, que são o PSD, o CDS e o PS.”-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que proferiu as palavras que se passam a tentar transcrever na íntegra:-----

----- “Eu sei que já está adiantada a hora, mas, no entanto, atendendo à pertinência do assunto e à importância que tem para o concelho de Anadia a questão da Reorganização Administrativa do Território das Freguesias, que vai ser acentuada ao longo destes próximos tempos com o ano de autárquicas que estamos neste momento a viver.-----

----- E, portanto, eu queria primeiro, antes de mais, mencionar que efetivamente a Assembleia Municipal tem trabalhado arduamente na abordagem desta questão. Embora possa não ter atingido os objetivos que pretendia, que eram sempre os melhores, com certeza que eram, estiveram representados vários partidos através do seu líder. Eu recordo-me que eu era um deles, e o PSD e o PS estiveram lá representados, tiveram a oportunidade de mencionar as suas opiniões, aquilo que achavam que poderia ser feito e, portanto, democraticamente o vinte e cinco de abril ensinou-nos uma coisa, é que devemos, de facto, participar nas iniciativas democráticas que existem, ao contrário daquilo que o Partido Comunista fez, que foi nem sequer pôr lá os pés. E a verdade é esta.-----

----- Portanto, é muito bonito chegar aqui debitar a cassetete, e depois, na prática, não se participa ativamente na democracia, nomeadamente na democracia do concelho de Anadia.



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Portanto, eu queria fazer esta menção, que já é a segunda vez que a faço. A primeira foi com o PS. E acho que devemos ser corretos nas nossas atitudes. E, o PCP não está a ser correto na sua atitude, na medida em que não participou quando podia ter participado e, portanto, faço questão de mencionar isso, por uma questão democrática.-----

----- Depois, relativamente ao ponto da Reorganização Administrativa do Território das Freguesias propriamente dito, a verdade é que, lamentavelmente, e apesar do trabalho, repito, da Assembleia Municipal nesse sentido, não conseguimos o nosso objetivo, que era conseguir o mínimo de freguesias afetadas com esta situação. E, ainda conseguimos pior. Escuso de repetir que efetivamente o parecer da Câmara Municipal, ou a intervenção da Câmara Municipal teria sido decisiva nesta razão com que Anadia está deparada. No entanto, tenho que mencionar que ainda conseguiram fazer pior para o concelho de Anadia, que é, por exemplo, a questão da Amoreira da Gândara, de Paredes do Bairro e Ancas.-----

----- Eu sou sensível a estas coisas e por isso é que falo nos locais próprios. Eu não consigo perceber, e se alguém me conseguir demonstrar isso que o faça nesta casa, e hoje, como é que querem considerar Paredes do Bairro com mais equipamentos sociais, com mais antiguidade, com mais população, do que Amoreira da Gândara. É verdade que poderíamos encontrar Ancas ali no meio como sendo a que está mais bem posicionada para albergar uma série de serviços que vá ao encontro das populações e da tal coesão social que deve existir, ou coesão territorial que deve existir. Tudo bem. Mas, por favor, temos que ser objetivos e sinceros.-----

----- Efetivamente, Amoreira da Gândara tem muito mais equipamentos e tem muito mais valências que Paredes do Bairro. Tem muito. Se não tem, que digam que não tem. E quais são as que tem, então. Porque, tem mais população, tem mais território. Ancas é mais antiga, é verdade, mas Amoreira é mais antiga que Paredes. Tem equipamentos, tem uma Zona Industrial, tem uma série de equipamentos antiquíssimos, como é a Casa do Povo, etc., tem Associações, tem multibanco, tem bomba de gasolina.-----

----- Quer dizer, nós vamos olhar para Paredes do Bairro com o devido respeito que eu tenho por aquelas gentes e por aquela terra, até foi criada há menos tempo que as outras duas freguesias. E depois não consigo perceber, e justiça seja feita, não consigo perceber como é que a bem das populações todas que albergam essa União, começam a criar a expectativa nas pessoas de que Paredes é mais desenvolvida do que Amoreira da Gândara para este efeito. Não consigo compreender e tenho-me manifestado publicamente, consoante posso e me é dada essa possibilidade, de mencionar por uma questão de justiça e de rigor, efetivamente considero que Amoreira da Gândara tem mais qualidades para servir todos os fregueses daquelas três freguesias do que Paredes do Bairro. Eu já não falo de Ancas, porque Ancas até pode estar ali no meio a servir de desempate, digamos isso.-----

----- Agora, a verdade é esta, é que isto cria dissabores nas populações. As pessoas e os fregueses estão-se a desinteressar da política, quando há entidades no nosso concelho que se deviam manifestar e defender aquilo que são causas justas e de rigor, e de imparcialidade, e de



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

transparência na lei, que não existe, essa transparência, quanto a mim, e que deveria ser chamada a atenção essa questão, é tudo abafado como se nada existisse. E por isso e que eu trago aqui este ponto.-----

----- E trago outro ponto também que acho que é importante para os trabalhos que a Assembleia está a desenvolver e irá desenvolver no futuro. Efetivamente, nos termos do artigo sétimo da citada lei do ponto seis da ordem do dia, a Câmara tem que indicar uma comissão instaladora. E, há aqui no artigo sétimo uma série de conceitos que têm que começar a ser definidos antes que chegue aquele momento quente. Pelo menos a lei diz que tem de ser quatro meses antes e, portanto, acho que já começa a ser tempo de se definirem determinadas situações, nomeadamente a questão das comissões instaladoras, dos elementos que as integram, das freguesias, da Assembleia Municipal, porque se não já sabemos, se vamos guardar tudo para a última da hora, vai ser uma confusão, como tem sido até agora esta questão da Reorganização Administrativa em Anadia. E nisso, acho que estamos todos de acordo, está tudo numa confusão. Muto obrigado.”-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal aproveitou para recordar o Senhor Deputado de que a questão da preocupação que o Senhor Deputado tinha levantado, também tinha sido da Assembleia e dos autarcas e, portanto, a única coisa que lhe poderia dizer era que em dezembro tinha sido solicitado à Senhora Presidente da Assembleia da República, e aos Grupos Parlamentares, um esclarecimento cabal sobre aquela situação e que o mesmo, até àquela data, não tinha sido prestado.-----

----- Acrescentou, contudo, e disse que pretendia que ficasse bem claro, que tal não queria dizer que o Presidente da Assembleia Municipal não tivesse recebido telefonemas sobre aquele assunto. Mas adiantou, também, que para além de os telefonemas não serem escritos, o Presidente da Assembleia não transmitia telefonemas, transmitia, sim, documentos. E, portanto, disse que ficaria a aguardar que a Assembleia da República e os Grupos Parlamentares pudessem explicar à Assembleia Municipal de Anadia algumas questões sobre aquilo que tinha levantado, que também constituíam para a Assembleia alguma preocupação.-----

----- Prestado o esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do PPD/PSD.-----

----- Em posse da palavra, o Senhor Deputado começou por dizer que não era sua intenção voltar a falar naquele assunto, mas tendo em conta a intervenção anterior do seu colega Deputado, via-se obrigado a falar. Comentou, também, e ainda a iniciar a sua intervenção, que o PCP estava no seu direito de não participar na comissão, até porque estavam a falar de instituições democráticas.-----

----- Entretanto, passou a referir que na altura própria, quando lhes tinha sido solicitada a opinião naquela Assembleia, tinha sido entregue uma proposta que visava uma análise séria sobre aquela nova divisão administrativa do concelho, onde seriam ponderados exatamente os





**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fatores socioeconómicos e culturais. Aproveitou para reiterar o que tinha dito na altura, que era que poderiam ficar com doze freguesias e iriam ficar com dez. E, mais uma vez, e por esse motivo não queria falar mais no assunto, constatava que ia ter razão, e que ia ter também razão quando dizia que os Deputados da Assembleia Municipal de Anadia sabiam muito melhor fazer a divisão do que alguém em Lisboa alguma vez poderia fazer.-----

----- Portanto, referiu que na altura, se bem se lembrava, a bancada do CDS tinha votado contra a proposta que tinha apresentado e que tinha sido apoiada por outro par de pessoas. A terminar, disse que tinha de dizer, e lamentava muito, que no seu entendimento o ponto final sobre todo aquele processo tinha sido dado naquele dia, não iria ser dado daí a dois meses ou três, tinha sido dado no dia em que tinham decidido que iriam morrer de pé e que com isso iriam estar muito orgulhosos. Agora, rematou, ficariam com dez freguesias, quando poderiam ter ficado com doze.-----

----- Na sequência da intervenção concluída pelo Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do PPD/PSD, e relativamente à mesma, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse pretender apresentar dois esclarecimentos que considerava urgentes em abono da verdade.-----

----- Começou por dizer que não iria discutir as contas com o Senhor Deputado. Depois, adiantou que a proposta apresentada pelo Senhor Deputado não tinha sido votada, nem tinha sido derrotada. Simplesmente não tinha sido votada qualquer outra proposta para além da proposta A.-----

----- Entretanto, aproveitou para dizer que gostaria que alguém naquela Assembleia tivesse a coragem de dizer que em algum momento público de decisão o Senhor Deputado tinha adiantado qualquer proposta concreta de agregação. Considerou, assim, que não deveriam brincar com as palavras, sublinhando que a Assembleia tinha tomado uma decisão e, por isso, todos estavam obrigados a essa decisão.-----

----- Não deixou também de manifestar algum espanto pelo facto de pessoas adultas serem capazes de tomar decisões em minoria ou em maioria e depois não as levarem até ao fim. Lembrou que tinham tomado uma decisão, em conjunto. A Assembleia Municipal de Anadia tinha tomado uma decisão e, como tinha dito, os Senhores Deputados estavam a tomar uma posição com a qual teriam de ser responsabilizados. Portanto, frisou que todos eram responsáveis pela decisão que tinham tomado, decisão essa tomada em consciência. Como tal, adiantou que continuava a dizer que toda aquela situação poderia ainda ter desfechos diferentes, acrescentando que só não teria se fizessem aquilo que a maioria das pessoas no país estava a fazer, que era sossegar-se, porque estavam em ano de eleições e, tal como no Município de Anadia, também noutros sítios havia quem não quisesse pôr as mãos no fogo para contradizer quem eventualmente lhe possa tirar o direito de concorrer.-----

----- Continuando, recordou que numa reunião tida em novembro com os Senhores Presidentes de Junta, todos concordaram que a solução por que tinham optado era a melhor, já depois da



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

votação, e tomaram consciência de que iriam ser tomadas algumas decisões a seguir. No entanto, constatou que nem todos o fizeram, porque ou estavam todos de acordo que em democracia quem perdia uma votação assumia a maioria, ou então, não sabiam o que era a democracia. Aproveitou para recordar que na Assembleia da República quando uma lei é votada, é para todos os portugueses, não é só para aqueles que sejam filiados ou não nos partidos que votam a favor dela.-----

----- A terminar, reiterou que não tinha sido votada qualquer proposta apresentada pelo Senhor Deputado António Rafael Timóteo e adiantou que estaria disponível para conferir as votações, se o Senhor Deputado assim entendesse. Salientou, também, que nunca tinha sido apresentada qualquer proposta concreta que servisse de base a qualquer discussão, qualquer proposta concreta a dizer quais as freguesias que deveriam ser agregadas. Portanto, concluiu, referindo que a decisão tinha sido manter o que estava, manter as quinze Freguesias, não era mexer em qualquer Freguesia, decisão essa que reforçou ser a decisão que a Mesa continuava a defender.-

----- Apresentados os esclarecimentos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do PPD/PSD.-----

----- O Senhor Deputado começou por dizer que achava que todos ali tinham pelo menos alguma memória e não iria continuar a falar naquilo. Mas a verdade era que tinham sido presentes à Assembleia quatro propostas e a sua proposta tinha sido rejeitada com três votos a favor e os outros todos contra. Pedindo desculpa ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, salientou que aquilo é que era honestidade intelectual e acrescentou que se a sua proposta não tinha apresentado diretamente quais eram as freguesias que tinham de se agregar, era porque a sua proposta previa que primeiro se falasse entre as freguesias que estavam sobre a melhor maneira de as agregar.-----

----- Portanto, referiu que não poderiam estar ali a dizer que eram todos iguais e que tinham votado todos da mesma forma, e que em democracia não havia votos contra, porque naturalmente conhecia a lei, o que não queria dizer que concordasse com ela, e sabia que em democracia o voto de vencido, que no caso tinha sido o dele, obviamente que teria de acatar aquilo que a maioria dissesse. Contudo, deixou bem claro que não eram todos iguais, até porque ele não tinha concordado com aquela votação, nem nunca iria concordar, acrescentou, por entender que poderiam ter riscado o mapa em Anadia e ter mandado para Lisboa doze freguesias e hoje em dia teriam doze freguesias, quando entretanto iriam ter dez. Mas, comentou que teriam de aguardar para ver quem iria ter razão no final.-----

----- Finalizando, afirmou que a única coisa que tinha a dizer mais sobre aquele assunto, era que estaria disponível para apoiar todos os esforços que fossem possíveis. Contudo, não deixou de reforçar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que o voto de vencido continuava a ser um voto contra, não era um voto a favor.-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por referir que o



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhor Deputado tinha direito às suas opiniões. No entanto, continuava a dizer que a sua proposta não tinha sido votada. Tinha sido votada uma proposta A que excluía as outras propostas, não a proposta do Senhor Deputado.-----

----- Entretanto, disse para o Senhor Deputado o poderia chamar de qualquer coisa intelectual, como tinha chamado, porque ele não o tinha tratado mal. Defendeu, ainda, não ser desonesto intelectualmente e, portanto, desafiou o Senhor Deputado para ver a votação, que iria constatar que não tinha havido qualquer proposta da sua autoria que tivesse sido votada.-----

----- Repetiu, então, ter sido votada uma proposta A que eliminou três propostas, o que era completamente diferente. Portanto, referiu que se estavam a falar de honestidade política e de honestidade intelectual, era aquilo que tinha acontecido, a proposta do Senhor Deputado, como já tinha dito, não tinha sido submetida a votação.-----

----- Aproveitou, entretanto, para dizer ao Senhor Deputado que a diferença entre a tomada de posição da Assembleia Municipal de Anadia e a tomada de posição de Lisboa era de uma freguesia, não de duas. Seriam onze e não doze como o Senhor Deputado afirmava. E acrescentou, ainda, que os dados aventados pelo Senhor Deputado, e pedindo desculpa por lhe dizer aquilo, eram demasiado enganosos, porque havia uma diferença de uma freguesia entre a decisão da Assembleia ou a decisão de Lisboa.-----

----- A concluir, referiu que a Assembleia Municipal tomou aquela decisão, e quando se tomava uma decisão, todos, como o Senhor Deputado tinha dito e muito bem, tinham de assumir, independentemente de serem ou não serem a favor dela. Portanto, rematou, dizendo que a questão passava exclusivamente por aí.-----

----- Dando continuidade ao período de intervenções na discussão daquele ponto seis da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Amoreira da Gândara, Joaquim de Oliveira Cosme.-----

----- Depois de cumprimentar os presentes na sua primeira intervenção da sessão, o Senhor Deputado declarou que com respeito à Reorganização das Freguesias de Anadia, a Assembleia Municipal de Anadia não teve o cuidado de dizer que as freguesias iam ser eliminadas, sempre teve a ideia que nada era alterado, mas não tinha a informação correta, o que foi uma desilusão que prejudicou algumas freguesias do concelho de Anadia.-----

----- Disse pretender também referir que nenhuma comissão política do concelho de Anadia teve uma reunião a dar qualquer informação, visto que qualquer partido tem os seus representantes na Assembleia da República e nada fizeram. Mas agora, que se aproximam as eleições autárquicas, já estão no terreno.-----

----- A concluir, declarou ter votado na lista A na Assembleia Municipal, porque a sua Assembleia de Freguesia tinha votado na proposta A.-----

----- Terminada a intervenção do Senhor Deputado Joaquim de Oliveira Cosme, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Amoreira da Gândara, o Senhor



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Assembleia Municipal referiu que o Senhor Deputado estaria um pouco deslocado, porque nunca tinha faltado a nenhuma reunião e não compreendia como poderia acusar a Assembleia Municipal de não estar devidamente fundamentada.-----

----- De imediato, voltou a conceder a palavra ao Senhor Deputado Joaquim de Oliveira Cosme, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Amoreira da Gândara, para intervir.-----

----- O Senhor Deputado esclareceu que não tinha dito que a Assembleia não estaria informada, mas que tinha dado a entender que pensava que as quinze freguesias ficavam e que nenhuma iria ser eliminada.-----

----- Prontamente, também, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou não saber o que era que a Assembleia tinha dado a entender e afirmou que a acusação do Senhor Deputado era um pouco grave. Concluiu, referindo não saber onde o Senhor Deputado queria chegar, ou pressupunha saber, porque, aliás, o Senhor Deputado saberia, também, com o que se tinha comprometido consigo há quinze dias atrás.-----

----- Para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Independente e Presidente da Junta de Freguesia de Aguiç, José Cerveira Lagoa.-----

----- Cumprimentando os presentes naquela sua primeira intervenção da sessão, o Senhor Deputado começou por dizer que se lembrava que a proposta A anulava todas as outras propostas e que os Senhores Deputados sabiam claramente que a proposta A era a defendida pela maioria, até porque, desde início, sempre tentaram que nenhuma Freguesia fosse agregada ou extinta. Constatou, também, que por várias vezes tinha sido claramente falada a tentativa de estarem unidos, acrescentando que para tal tinha havido reuniões com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e que, a haver falhas, não tinha sido, pelo menos da sua parte nem de alguns Presidentes de Junta que sempre estiveram unidos na luta das suas freguesias. Declarou, assim, que aquela questão deveria ficar clara e declarou, também, que estava de acordo e apoiava o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, porque se lembrava perfeitamente que a proposta A anulava todas as outras.-----

----- Quanto às outras propostas, disse também lembrar-se que tinha contestado as propostas B e C na sua intervenção à altura, e salientou que essas, sim, eram objetivas, na medida em que falavam nos critérios das Freguesias que eram mais novas e que eram mais pequenas. Sobre a proposta D, apresentada pelo Senhor Deputado António Rafael Timóteo, constatou não ser nada clara nem objetiva, porque deixava sempre no ar a ideia de que teriam de ser os Deputados da Assembleia a resolver.-----

----- Relativamente a essa proposta D, referiu, ainda, que o que se notava entre os Presidentes de Junta era que ninguém queria que a sua Freguesia cedesse. Como tal, e se desde início nas reuniões havidas ninguém gostava de ceder, disse que gostaria de perguntar ao Senhor Deputado António Rafael Timóteo como resolveriam a questão, quando nenhum dos Presidentes



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Junta cedia e deixavam ao critério da Assembleia, e qual seria a posição do Senhor Presidente da Assembleia Municipal ao ser aprovada a tal proposta muito subjetiva, e que depois tinha que ser resolvida na Assembleia. Perguntou, então, ao Senhor Deputado para lhe indicar qual o critério que deveriam seguir, se optar pelo critério democraticamente eleitos, por moeda ao ar, por papelinhos tirados da bolsa, ou se seria o Senhor Deputado a tomar a posição e a apontar a solução.-----

----- Acrescentou, ainda, que só tinham chegado àquela situação por um motivo, porque tinham um Governo apoiado por uma oposição, o PS, que, como não se poderiam esquecer, desde início se mostrou favorável àquela posição e que só quando se apercebeu que as suas comissões políticas distritais e concelhias não quiseram, ou não tiveram disponibilidade para apoiar, então a nacional também recuou.-----

----- Ainda assim, deu como certo que tinham sido os três partidos os responsáveis. E sublinhou que tinham sido tão responsáveis e tão pouco democráticos no assunto, que nunca ouviram ninguém, apresentando como curioso que até o próprio Município onde o Senhor Secretário de Estado da altura (que talvez por fazer bem pediu a demissão) tinha exercido as funções de Presidente de Câmara, era contra, o que demonstrou que nem ele próprio sabia bem a posição do seu município.-----

----- Concluiu, portanto, que o problema residia no facto de estarem governados por partidos, comandados por pessoas, que de democráticos nada tinham, pelo que, como costumava dizer, estavam numa democracia forjada, imposta, em que podiam falar, mas de nada valia porque eles não ouviam. E rematou, declarando que a culpa daquela situação da reorganização era efetivamente só do Governo PSD-CDS, apoiados pelo PS.-----

----- Em resposta à pergunta formulada pelo Senhor Deputado Independente e Presidente da Junta de Freguesia de Aguim, José Cerveira Lagoa, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse pensar que estaria registado na ata da sessão extraordinária do dia oito de outubro, assim como pensava também ter dito nas reuniões que tinham feito, de que não sendo a proposta A a vencedora, as propostas B, C ou D teriam obrigatoriamente que ter, por parte dos seus proponentes, a seguir, dados concretos sobre aquela questão. Acrescentou, ainda, que por esse motivo tinham reunido no dia oito, restando-lhes ainda oito dias para tomar decisões. Portanto, concluiu que nunca seria uma questão musculada nem imposta.-----

----- Aproveitou, também, para sublinhar que sempre tinha dito, e mantinha a mesma posição desde o primeiro dia, que o Presidente da Assembleia assumiria sempre aquilo que maioritariamente fosse decidido em Assembleia.-----

----- Entretanto, concedeu a palavra ao Senhor Vereador, José Carlos Ventura de Almeida Coelho, que começou por dizer que obviamente aquela era uma questão que a todos perturbava, e perturbava mais agora porque tinham acabado de concluir que, de facto, não tinha havido regressão na medida proposta e imposta pelo Governo atual, e não pelo PS, como tinha dito o Senhor Deputado José Cerveira Lagoa.-----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Entretanto, referiu que a verdade era que a reforma administrativa se falava há muito tempo, há muitos anos, estando inclusive incluída na própria regionalização. Portanto, esclareceu que a reforma administrativa não era, não visava o que agora estava a acontecer, a redução de freguesias. A reforma administrativa, obviamente, impunha alguma reforma, sendo que provavelmente, e naturalmente iria acontecer, que algumas freguesias se iriam agrupar, mas naturalmente não da forma que estava entretanto proposta, não um traçado a régua esquadro como aquele a que estavam a assistir.-----

----- Continuando, declarou não ser absolutamente contra aquele tipo de reorganização, que provavelmente até será necessária, mas não daquela forma, não pensada como foi, não imposta como foi, sublinhou. Portanto, não deixou de reconhecer que naturalmente haverá uma necessidade absoluta de fazer uma reforma administrativa, e que se calhar até haverá Câmaras a mais, por que não, uma vez que se acabaram com os Governos Cívicos, com a concentração no distrito, a designação de Governo Civil que chefiava o distrito, e que provavelmente haverá necessidade de reduzir concelhos, e por que não. E provavelmente, também, haverá necessidade de reduzir, e vantagem em reduzir freguesias.-----

----- Não obstante, disse não ser aquela a forma de a fazer. Sublinhou, entretanto, que aquela forma de redução de freguesias foi exclusivamente imposta pelo atual Governo, e acrescentou que apesar de dizerem que ela estava incluída no acordo com a *Troika*, ela não estava incluída no acordo com a *Troika*. Isso está lá, está aprovado, rematou.-----

----- Portanto, reiterou que o Senhor Deputado José Cerveira Lagoa não poderia dizer que efetivamente o PS tinha responsabilidade naquela reforma administrativa. Não obstante, declarou que não dizia que o PS não tivesse traçado uma reforma administrativa, mas não aquele tipo de junção de freguesias. E sublinhou ser aquilo que se passava e ser aquela a verdade, por isso, entendia que não haviam de estar a escamotear. Concluiu, referindo que o PS incomodava muita gente, mas que as pessoas deveriam ser honestas.-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Vereador, José Carlos Ventura de Almeida Coelho, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU.-----

----- O Senhor Deputado tomou a palavra para responder ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco. Começando por referir que tinha respeito pelo Senhor Deputado, assim como tinha por qualquer representante daquela Assembleia e pelo público presente, disse, entretanto, que o Senhor Deputado deveria ter uma memória muito curta, ou então já teria falta de ferro, porque quando começaram a discutir aquela situação da reforma administrativa no concelho de Anadia, a proposta inicial do CDS era favorável à extinção de algumas freguesias, de acordo com afirmações feitas pelo Senhor Deputado na Assembleia Municipal, tendo tomado, depois, o sentido de não eliminação de qualquer freguesia.-----

----- Entretanto, esclareceu que apesar de o Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco ter dito que ele não tinha estado nos trabalhos, tinha estado, só que a determinada altura tinha



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tomado a sua posição naquela Assembleia pública, que era a posição de um trabalho coletivo do concelho.-----

----- Aproveitou, também, para referir que o PCP era contra qualquer extinção de qualquer freguesia do concelho de Anadia, bem como a nível nacional, mas o atual Governo, e a sua coligação, tinham aprovado a lei a favor da extinção das freguesias, na Assembleia da República, lei essa que disse que entretanto teve de ser novamente votada, por requerimento do PCP, no âmbito a qual todas as freguesias do concelho de Anadia tiveram uma votação uninominal. Portanto, sublinhou que se o Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco tomou atenção, o seu partido e o partido do Governo, bem como alguns deputados do distrito de Aveiro, inclusivamente no concelho de Águeda, votaram a eliminação de algumas freguesias. Acrescentou, ainda, que na Câmara de Águeda, de vereação socialista, tinha havido também por proposta da Assembleia Municipal de Águeda, a eliminação de algumas freguesias que foi acompanhada pelos deputados desses partidos na Assembleia da República.-----

----- Assim, quando o Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco dizia que ele não tinha colaborado, reforçou que tinha colaborado e que inclusivamente tinha ido mais longe, afirmando ser contra a extinção de qualquer freguesia. Mais ainda. Sobre a mudança da sede da freguesia de Amoreira da Gândara, que seria do conhecimento do Senhor Deputado, porque o seu representante na Assembleia de Freguesia com certeza lhe tinha mostrado o documento (que ficou com fotocópia do mesmo), recordou que quem tinha assinado a mudança da sede de Amoreira da Gândara para Paredes do Bairro tinha sido o CDS e o PSD em Lisboa.-----

----- Portanto, e a concluir, declarou ser contra e ter a esperança de que num futuro muito próximo, se as populações assim o entenderem, que tudo voltaria à primeira forma, porque o poder democrático instaurado após o vinte e cinco de abril era a flor mais florescente que tinham no país.-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que também gostaria de falar sobre aquele tema, mas atendendo ao adiantado da hora, e vendo tantas pessoas com vontade de falar, porque com certeza haveria muito para falar, aconselhou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal a marcar uma sessão extraordinária com aquele ponto único. Acrescentou, ainda, que seria mais uma despesa para a Câmara, mas como se começava ali a descortinar muita coisa e o problema da agregação de freguesias era tão gravoso tal como estava para as populações, que entendia não ser um assunto para discutir em fim de reunião, até porque via que afinal as pessoas não estavam ainda serenas, tinham muito para dizer.-----

----- E, portanto, aconselhou o Senhor Presidente da Assembleia a marcar, então, uma sessão extraordinária, que, como tinha dito, custava à Câmara Municipal porque teria de pagar essas despesas, mas considerava que a problemática das freguesias justificava plenamente que fosse



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

agendada essa sessão extraordinária com ponto único, que ele próprio também lá estaria para dar a sua opinião. Referiu, ainda, a concluir, que tal qual via, já existia algum afastamento de muitos membros, pelo que entendia que não seria tão consequente assim. Contudo, disse tratar-se apenas de um conselho, porque cabia ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o direito de fazer parar ou avançar a sua Assembleia.-----

----- No seguimento do conselho dado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que os seus colegas de Mesa, a quem consigo competia decidir essa questão, efetivamente não estavam avessos a que pudessem marcar uma sessão da Assembleia nesse sentido.-----

----- Aproveitou para sublinhar, aliás, que quando suscitaram aquele assunto, tinha sido exatamente porque tinham a noção de que nos corredores se falava demasiado, quando a questão teria de ser claramente discutida e decidida pela Assembleia Municipal. Portanto, adiantou, desde logo, aos Senhores Deputados que poderiam, então, contar que durante o mês de março iriam reunir para voltar a falar daquele assunto.-----

----- Colocada a questão, e uma vez que o Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do PPD/PSD já tinha solicitado a palavra para intervir naquele período de discussão do ponto seis da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado.-----

----- O Senhor Deputado disse pretender intervir para exercer o direito de resposta relativamente às palavras proferidas pelo Senhor Deputado Independente José Cerveira Lagoa, e seu Presidente de Junta.-----

----- Contudo, não deixou de aproveitar a ocasião para pedir desculpa porque o que pretendia dizer na sua intervenção efetuada um pouco antes era honestidade intelectual, portanto, concluiu não se tratar de qualquer insulto.-----

----- Em resposta, então, ao Senhor Deputado Independente José Cerveira Lagoa, e Presidente da Junta de Freguesia de Aguim, e perante todas as dúvidas que tinham entretanto sido levantadas relativamente àquela questão da reorganização administrativa, e inclusive a intervenção efetuada pelo Senhor Joaquim Cosme, Presidente da Junta de Freguesia de Amoreira da Gândara, disse pretender fazer, apenas, a seguinte pergunta ao Senhor Deputado Independente José Cerveira Lagoa: "se soubesse o que sabia hoje tinha votado na proposta A?".-----

----- Ainda para uma outra intervenção no período de discussão do ponto seis da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que declarou o que de seguida se tenta transcrever na íntegra:-----

----- "Eu aceito o conselho do Senhor João. Agora, não sei é se vou a Vale da Mó, ou à CP. Sabe-me dizer. Para tomar ferro.-----

----- Há aqui dois pontos que têm a ver com um direito de resposta. Em primeiro, é que nós nos





**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

abstivemos na votação da proposta do Senhor Deputado Rafael Timóteo. Não votámos contra. Mas, olhando para a frente e continuando para a frente. Efetivamente o que nós queremos, é era bom que saísse desta reunião isso. E já que parece que já está toda a gente a vestir-se..."-----

----- Interrompendo o Senhor Deputado, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal lembrou aos Senhores Deputados que ainda havia uma votação para concretizar, pelo que solicitou aos Senhores Deputado para não abandonarem a sessão antes disso.-----

----- Recuperada a palavra, o Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, continuou a sua intervenção referindo o que de seguida se passa a tentar transcrever na íntegra:-----

----- "Eu compreendo, mas acho que é um assunto que merece toda a importância e, por isso, é que resolvi falar. Que não se volte a repetir, porque estão a apontar os canos, digamos assim, das espingardas para o Presidente da Assembleia Municipal, e quando o Senhor Lagoa mencionou Presidente, eu julgo que foi para o Presidente da Assembleia Municipal, correto. Presumo que seja. Relativamente à reorganização das freguesias. Foi. Pronto. Quando os canos, entre aspas, deviam estar virados para uma pessoa que foi a que esteve quase mais calada aqui neste momento, que é o Senhor Presidente da Câmara, que não tomou posição desde o início relativamente a este assunto e não emitiu um parecer como era de lei. E, portanto, ele é que era a pessoa que tinha mais poder neste processo todo para vir dizer, meus amigos, desculpem lá, mas o meu concelho tem que ficar com o mínimo de freguesias agregadas. E vocês, quer gostem quer não gostem, há critérios que devem ser debatidos entre todos os Presidentes de Junta, mas temos que fazer o nosso mapa. Vários Presidentes de Câmara assim o fizeram. Chamaram os Presidentes de Junta, o Presidente da Câmara chamou os Presidentes de Junta, marcou uma reunião, meus amigos, o melhor para Anadia é este mapa, o que é que vocês têm a dizer. Mas isto, mas isto não, mas eu gosto muito da minha freguesia, ou gosto muito daquilo, ou gosto muito daqueloutro. Não, há critérios objetivos que deviam ter sido seguidos e podiam ter sido seguidos e não foram. Por quê? Porque efetivamente quem devia ter participado neste processo não participou. Mas, vamos olhar para a frente. Nós não queremos olhar para o passado. Porque há aqui o artigo sétimo que tem que ser marcada uma comissão instaladora e é preciso debater estes pontos. E é a Câmara que tem essa obrigação."-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal não deixou de, antes de dar por terminada a sessão, agradecer a participação de todos e reiterar que, na realidade, aquele assunto era importante, porque, se não fosse, não teria suscitado a discussão que suscitou.-----

----- Ainda antes de passar ao período de intervenção destinado ao público, deu a conhecer ao Plenário da apresentação de uma proposta, por parte do Grupo Municipal do PPD/PSD, subscrita pela sua líder, a Senhora Deputada Municipal Lúcia Araújo, para, nos termos da alínea a), do n.º 1, do Artigo 20.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia, aprovar em minuta os pontos dois, três, quatro e cinco da ordem do dia, a fim de produzirem efeitos de imediato.-----

----- Depois de submeter à votação dos Senhores Deputados a proposta apresentada pelo



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Grupo Municipal do PPD/PSD, de aprovação em minuta dos pontos dois, três, quatro e cinco da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a mesma tinha sido aprovada por unanimidade, com vinte e cinco votos a favor, dos Senhores Deputados presentes na sala.-----

----- Decorrida a votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período da ordem do dia, passando, desde logo, ao período de intervenção do público, nos termos do Artigo trigésimo sexto do RAMA.-----

----- Não tendo sido solicitada a intervenção por parte de qualquer cidadão, anunciou que não iria haver lugar a intervenção do público naquela sessão ordinária de vinte e oito de fevereiro de dois mil e treze.-----

----- Antes de dar por terminada a sessão, chamou a atenção de todos os senhores Deputados que eram funcionários públicos, ou que tinham tido relação com o funcionalismo público e se encontravam a fazer os descontos dos três e meio por cento, de que estaria disponível, em breve, não só a senha daquela sessão, como o documento que teriam de entregar junto da entidade que lançava os seus vencimentos, para que esse valor fosse deduzido nos três e meio por cento.-----

----- Adiantou, ainda, ficar prometido da sua parte que durante o mês de março seria marcada uma sessão extraordinária para voltarem a discutir aquela questão da reorganização autárquica.-----

----- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença e a participação de todos e, de imediato, deu por encerrada a sessão ordinária do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e treze, quando eram vinte horas e cinquenta e seis minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

O Presidente -

O Primeiro Secretário -

A Segunda Secretária -